

NT

LUÍS HENRIQUE DA SILVA DE PAIVA

\* \*  
WEBER E POPPER

*Impl.*

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do Prof. Dr. Octavio Ianni.

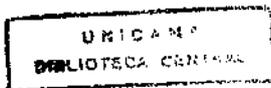
\*

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 23/08/95.

Banca:

Prof. Dr. Octavio Ianni  
Prof. Dr. Laymert Garcia dos Santos  
Prof. Dr. Renato José Pinto Ortiz

agosto/1995



UNIDADE	BC
N.º CHAMADA:	UNICAMP
	P166w
	00725785
	433/95
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	30/09/95
N.º CPD	00078618-5

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

Paiva, Luis Henrique da Silva de

P166w Weber e Popper / Luis Henrique da Silva de Paiva. -- Campinas, SP: [s.n.], 1995.

Orientador: Octavio Ianni.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Weber, Max, 1864 - 1920. 2. Popper, Karl Raymund, Sir, 1902-1994. 3. Ciências sociais - Filosofia. I. Ianni, Octavio. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

(...) é um sintoma da diferença entre as ciências do homem e as ciências da natureza o de que o sociólogo profissional se veja confrontado com aspectos filosóficos, queira ele ou não.

(W. G. Runciman, Critica de la Filosofia de las Ciencias Sociales de Max Weber)

Sem dúvida, em certo sentido, a nossa representação do mundo exterior não é mais que uma rede de alucinações...

(Émile Durkheim, As Formas Elementares da Vida Religiosa)

... mas as alucinações também são fatos.

(Louis Althusser, O Futuro Dura Muito Tempo)

## AGRADECIMENTOS

Já se disse, em tom irônico, que se reconhece os primeiros trabalhos acadêmicos pelo tamanho da seção "agradecimentos". Certamente isso se deve ao fato de estarmos tateando no escuro e precisando de todo apoio necessário, de modo agradecer é única forma de recompensar quem nos ajudou.

Agradeço, pois, ao empenho do orientador, Professor Octavio Ianni, sem o qual não teria sido possível conduzir os trabalhos da dissertação. Pela leitura sempre atenta e crítica, pelas sugestões, pela possibilidade de cursar parte dos créditos como "Leitura Dirigida" para a dissertação, e pela enorme paciência revelada em conversas em que me ouviu devaneando a respeito das relações entre os problemas existentes na teoria sociológica e na filosofia da ciência, sou extremamente grato. Sua paciência, certamente, só não foi maior que minha teimosia, que é responsável pelas eventuais falhas dessa dissertação.

Agradeço aos Professores Renato Ortiz e Laymert Garcia, do IFCH-UNICAMP, pela dura arguição na ocasião do exame de qualificação, na qual fizeram sugestões e, sobretudo, críticas. Forçaram-me a aguçar minha leitura de Weber e procurar bases sólidas de sustentação de meus argumentos deixando, com isso, uma marca positiva nesse trabalho.

Agradeço também à Professora Fátima Regina Rodrigues Évora, do CLE-UNICAMP, pelas sugestões de leitura e pelas conversas sobre filosofia da ciência (especialmente Popper e Lakatos), e ao Professor Jeferson Soares, da UFV, pelos conselhos e pela atenção dedicada. A ajuda está sendo e será muito válida.

Agradeço aos colegas (Valdir, Luís, Fabiane, Eide, Marce, Zé Renato, Cláudia...) com os quais tive contato e oportunidade de conversar, nas disciplinas cursadas, sobre problemas diversos da área de sociologia. Valeu muito.

Agradeço ao pessoal da Secretaria da Pós-graduação do IFCH (assim como aos demais funcionários do Instituto) pelo apoio técnico tranquilo, seguro e sempre muito simpático, que permite que o estudante do IFCH se preocupe apenas com o que é seu dever: estudar. Valeu Esmeralda, Lourdinha, Marli, Betanho e toda a turma.

Por fim, ao CNPq, que me manteve durante 30 meses com a bolsa concedida aos mestrandos.

Dedico este trabalho a Adriana, José Maria, Marly, Daniel, Marcos e Valéria, pela ordem: minha namorada, meus pais e meus irmãos. Pessoas que amo.

## ÍNDICE

<b>Apresentação</b>	01
<b>PARTE I: WEBER</b>	05
Capítulo 1: A Objetividade do Conhecimento	06
Capítulo 2: Especificidades das Ciências Sociais	34
<b>PARTE II: POPPER</b>	50
Capítulo 3: A Objetividade do Conhecimento	51
Capítulo 4: Especificidades das Ciências Sociais	69
<b>PARTE III: CONCLUSÕES</b>	80
Capítulo 5: Weber e Popper	81
<b>Referências Bibliográficas</b>	101

## **APRESENTAÇÃO**

### **Temas e objetivos**

A questão da objetividade (validade) do conhecimento nas ciências sociais parece-me ser um problema filosófico onipresente para os sociólogos. Para os clássicos, tratava-se de afirmar a disciplina emergente como **científica** - seja "científica como uma ciência natural", como quis Durkheim, seja "científica mas com especificidades", como quis Weber - e potencialmente produtora de conhecimentos objetivos. Para a sociologia contemporânea, trata-se de entender até que ponto podem ser objetivos os conhecimentos produzidos por uma ciência que permanece, passados mais de cem anos de seu surgimento, na sua "juventude" (como diria Weber). A questão, ontem e hoje, contudo, não é apenas a da verificação da possibilidade de tais ciências produzirem conhecimentos objetivos, mas a do entendimento da natureza dessas ciências e sua relação com um (supostamente) bem conhecido modelo de ciências naturais.

Temos em Weber e Popper dois autores que se debruçaram com certo cuidado sobre esses dois temas, o da objetividade do conhecimento nas ciências sociais e o da relação entre os modelos de ciências sociais e de ciências naturais, apresentando soluções interessantes - por vezes bastante semelhantes, por vezes muito distintas, mas sempre dotadas de força e coerência.

Considero a análise das posições de cada autor e a montagem de um diálogo entre eles uma maneira frutífera de enfrentar as

questões apresentadas e um exercício importante para a formação sociológica. Esses são os objetivos desta dissertação.

### **Esquema da dissertação e tratamento dado a cada autor**

Optei por apresentar as posições de cada autor separadamente, montando o diálogo entre eles num capítulo final. Essa opção se deu em função de um dilema que toda dissertação teórica que lance mão de um pequeno número de autores centrais enfrenta: a de estar entre a típica exegese e a discussão pura de temas. Explico.

Tenho certa aversão à discussão puramente exegética cujo principal fim ou é a discussão sobre **o que** diz o autor examinado, ou a repetição firulenta do que foi dito por ele, ou, por fim, uma pouco interessante combinação desses dois atos.

Essa dissertação, entretanto, está sempre a um passo de se tornar uma investigação exegética, pois a ênfase no estudo de temas não pode implicar descuido com a forma específica que assume o tratamento que os autores dão a tais temas - sob pena de desvirtuar o exame. Assim, essa dissertação, acredito, deve ter a pretensão de, por um lado, **não se** perder na discussão exegética, de não se perder no próprio universo dos autores, como se fossem universos autônomos; por outro de, na vontade de tratar de questões gerais, **não** perder a particularidade dos autores em questão. O Prof. Octavio Ianni me alertou com frequência para o segundo dos perigos (não perder a especificidade dos autores), uma vez que, por temperamento, sempre me preocupei mais em não **me**

perder na especificidade dos autores. A apresentação de cada um separadamente, pretende, assim, fazer justiça às especificidades da obra de cada um, e a montagem de um diálogo que encerre a dissertação mostra a preocupação com os temas e mesmo com o avanço da discussão. Espero ter chegado a um certo equilíbrio.

O tratamento dado a cada autor, por sua vez, foi distinto. Para a apresentação dos temas em Max Weber optei pela recorrência a alguns comentadores e críticos, o que não ocorreu na apresentação das opiniões popperianas.

Isso se deu em função da relação entre o custo e o benefício da utilização de comentadores. A obra epistemológica de Weber, por ser menos "fechada" e conceitualmente menos rigorosa, tem sua leitura enriquecida quando se utiliza de comentadores - mesmo no caso de se discordar profundamente da leitura feita pelo comentador. O comentário ao trabalho de Popper, que é bem mais estruturado, é geralmente feito, por sua vez, por autores da área de filosofia da ciência que desenvolvem uma discussão altamente específica cujo interesse aqui é mínimo. Daí a opção pelos comentadores na apresentação de Weber e pela leitura mais "seca" de Popper.

Finalizo essa apresentação ressaltando o "tipo" de leitura feita e o título da dissertação.

Entendo que a leitura que fiz do trabalho de cada autor pode ser entendida como "típico-ideal". Como sustentou o prof. Gabriel Cohn, não existe leitura isenta: trata-se, sempre, de acentuar certos traços da obra analisada, traços esses que, por um motivo

ou por outro, nos parecem importantes. Essa acentuação, entretanto, procurou ser criteriosa e rigorosamente documentada, para que não se tornasse uma abstração desmedida.

Por fim, um breve comentário sobre o título. Essa dissertação poderia se chamar "Weber, Popper, e Temas de Filosofia das Ciências Sociais" ou "A Objetividade do Conhecimento e o Modelo Científico das Ciências Sociais em Weber e Popper". "Weber e Popper", entretanto (como sugeriu o orientador), deixa claro, em sua simplicidade, que os temas tratados serão da área de filosofia das ciências sociais, cumprindo o dever de ser uma apresentação sintética do que é o trabalho.

**PARTE I**

**WEBER**

## 1 - A Objetividade do Conhecimento

**Definição de realidade. A multiplicidade e a parcialidade do conhecimento. Valores e Seleção do material empírico. Tipo ideal. Validade e objetividade. O critério da 'prova'.**

A defesa da objetividade do conhecimento, em Weber, é um **problema** oriundo da difícil relação entre a concepção de realidade da qual parte e o fato de que "(...) ele guardou distância de tudo o que hoje em dia está sob o nome de relativismo" (Heinrich Rickert, 1989: 79).

Weber parte de uma concepção do que é "realidade empírica" que problematiza qualquer idéia de "observação": assim, o autor acredita que a realidade empírica é "na sua plenitude, (...) inesgotável" (Weber, 1992a: 89) e "infinita" (1974: 47). O que, desta realidade, nos é permitido conhecer e observar, surge após um processo de **seleção** do material empírico, de modo que apenas um "fragmento limitado desta realidade poderá constituir de cada vez o objeto da compreensão científica" (1974: 47-8). Esta seleção, por não poder abarcar toda a realidade, é, necessariamente, parcial:

Não existe qualquer análise científica "objetiva" da vida cultural, ou das "manifestações sociais", que seja **independente** de determinadas perspectivas especiais ou parciais, graças às quais estas manifestações possam ser, explícita ou implicitamente, consciente ou inconscientemente, selecionadas, para se tornarem objeto de investigação (...). (Weber, 1974:46-7) <sup>1</sup>,

---

<sup>1</sup> Cf. também Weber (1974: 62; 63-4)

o que abre a possibilidade do surgimento de uma **pluralidade** de interpretações possíveis.

Dai a pertinência da colocação de Runciman, segundo o qual

O que Weber fez (...) foi admitir a pluralidade das interpretações possíveis e, em seguida, fazer tudo o que estava ao seu alcance para reduzir as consequências deste fato. (Runciman, s/d).

Este é o problema da objetividade do conhecimento para o autor: o de como tomar posição favorável à possibilidade da unicidade da verdade aceitando as idéias de realidade inesgotável e de multiplicidade de interpretações possíveis.

É interessante notar que este problema é, sem dúvida, o mais geral enfrentado pela epistemologia weberiana, pois os elementos que compõem a "situação de problema" - a saber, as idéias de "realidade inesgotável", de "multiplicidade possível de interpretações", e a posição crítica do relativismo - não dizem respeito exclusivamente às ciências sociais, mas a toda e qualquer ciência empírica.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Apesar da opinião contrária de alguns comentadores como Edmundo F. Dias, segundo o qual, para Weber, haveria uma "ordenação" entre acontecimentos estudados pelas ciências naturais, "ordenação que é própria da realidade e que independe relativamente do observador" (1993: 9), e apenas as ciências sociais enfrentariam uma realidade que é "um conjunto inesgotável de acontecimentos". O próprio Weber apresenta opinião diversa: "(...) há uma infinidade intensiva **em toda variedade empiricamente dada** que é, indiscutivelmente, o pressuposto (negativo) para a seleção do material que interessa **para cada uma das ciências empíricas.**" (Weber, 1992a: 54; a ênfase é minha). Esta visão equivocada da realidade natural (como ordenada "naturalmente") acaba por fazer Dias defender opiniões insustentáveis, como aquela em que afirma que "(...) a chamada ciência natural se caracteriza pelo fato de que a sua existência independe do que pensam os homens (...)" (Dias, 1993: 11). Ora, qualquer tipo de ciência (natural ou social) é, antes de tudo, uma

Cabe aqui, antes de procurar especificar os caminhos seguidos pelo autor para o enfrentamento da questão, detalhar alguns de seus aspectos - especificamente aqueles que relacionam a idéia de "seleção" do material empírico aos valores e ao conceito "típico-ideal".

Weber percebeu que, se a seleção, no ato da análise científica, é compulsória, e se é o cientista que faz tal seleção, tal processo se vê marcado pela subjetividade. Os objetos assim definidos são "subjetivos" - pois definidos subjetivamente:

"Subjetiva" (...) é (...) a delimitação do "objeto" histórico mesmo, do "indivíduo" [histórico] mesmo, pois aqui decidem relações de valor cuja "concepção" está submetida à mudança histórica. (Weber, 1992b: 189).

Assim, através da subjetividade do cientista, ganham importância no processo de definição do objeto, valores do momento histórico e cultural vivido por esse cientista:

(...) em consonância com a experiência histórica, percebe-se que são os interesses culturais e, portanto, os interesses de valor que indicam a direção para o trabalho das ciências puramente empíricas. (Weber, 1992e: 377).<sup>3</sup>

Essa influência de valores culturais determinados na definição do objeto é comumente chamada de "relação com valores", "referência a valores" ou "pertinência em relação aos valores" - e é baseada nas idéias de Rickert.

---

atividade dos homens, feita pelos homens, e especificamente humana. Cf., sobre isso, a posição clara de Parsons (1968: 716).

<sup>3</sup> Cf. também Weber (1992b: 188).

A seleção do objeto resulta no que Weber chamou de "tipo ideal": um conceito que levaria em conta as idéias de "realidade inesgotável" e de "multiplicidade de interpretações possíveis". Weber define o tipo ideal como resultado do processo de seleção, isto é, como resultado de uma

(...) **acentuação** unilateral de **um ou vários** pontos de vista e mediante o encadeamento de grande quantidade de fenômenos isoladamente dados, difusos e discretos, que se podem dar em maior ou menor número ou mesmo faltar por completo, e que se orientam segundo pontos de vista unilateralmente acentuados, a fim de formar um **quadro de pensamento**. (Weber, 1974: 76).

O tipo é, portanto, "ideal", no sentido de que é um artefato analítico, um instrumento confeccionado pelo cientista para fins de conhecimento, distinto da realidade bruta:

(...) as construções teóricas [como os tipos] estão exclusivamente a serviço do conhecimento das realidades que elas mesmas não podem proporcionar. E as realidades (...) não estão contidas naquelas construções teóricas e, mesmo no caso extremo, apresentam apenas aproximações do processo construído. (Weber, 1992e: 396).

E se Weber coloca o tipo ideal como um instrumento compulsório,

Se o historiador (...) abandona a tentativa de formular um tal tipo ideal sob o pretexto de constituírem "construções teóricas" (...) resulta então, regra geral, que este historiador utiliza, consciente ou inconscientemente, outras construções análogas **sem** as formular explicitamente (...) (Weber, 1974: 82),

é porque o **ato de seleção**, para efeito de conhecimento, é **compulsório**, e o tipo ideal é o conceito que resulta desse ato de seleção.<sup>4</sup>

Tais tipos não são úteis por si, mas pela possibilidade que abrem para a construção de hipóteses **históricas** causais:

"Embora não seja uma 'hipótese', [o tipo-ideal] pretende apontar o caminho para a formação de hipóteses. Embora não seja um **enunciado** do real, **pretende conferir a esse enunciado meios inequívocos de expressão.**" (Weber, 1974: 75-6. A ênfase na frase final é minha).

**E é em relação a essas hipóteses** - construídas com o auxílio de conceitos que selecionam, na realidade empírica dada, objetos que se julga dignos de interesse histórico - **que se coloca o problema da objetividade do conhecimento.** O problema é o de como assegurar a validade intersubjetiva dessas hipóteses.

Parsons bem notou que a admissão, por parte de Weber, da influência dos valores (através da "referência a valores") introduziu um elemento relativista que poderia pôr em questão a objetividade do conhecimento:

---

<sup>4</sup> Cohn parece não ter notado isso quando aponta que Weber se equivoca quanto à obrigatoriedade do tipo ideal (Cohn, 1979: 130-1). Assim, Cohn afirma que o uso do tipo só se torna obrigatório caso se trabalhe com a premissa de realidade inesgotável. Acredito que, se a validade dessa premissa pode (e deve) ser debatida, seu uso não é "opcional": uma vez verdadeira, ela assim serviria de parâmetro para a avaliação de qualquer trabalho científico, tornando os tipos (ou conceitos que operam selecionando material empírico) um instrumento obrigatório. Weber, portanto, aponta para a compulsoriedade dos tipos ideais porque acredita na verdade da premissa da "realidade inesgotável".

(...) o princípio da importância do valor, combinado com o da relatividade dos sistemas de valor, introduz um elemento de relatividade nas ciências sociais, que suscita de forma aguda a questão de suas pretensões de objetividade. (Parsons, 1968: 730).

E aqui entramos propriamente no terreno do que Weber chamou de "objetividade do conhecimento" científico. Para ele, tal objetividade se configuraria na validação intersubjetiva de um conhecimento. O autor, admitindo que a "relação com valores" influi diretamente na definição do objeto de pesquisa (que é, assim, subjetivo), acredita, entretanto, que os **resultados** da pesquisa podem ser **objetivos**:

Torna-se indubitável que as idéias de valor são "subjetivas". (...) No entanto, não devemos deduzir de tudo isso que a **investigação** científico-cultural apenas conseguiria obter **resultados** "subjetivos", no sentido de que são válidos para uns e não para outros. (...) Porque só é uma verdade científica aquilo que **pretende ser válido** para todos os que **querem** a verdade. (Weber, 1974: 65-6).

Weber não propõe qualquer "esquema formalizado de validação" dos conhecimentos empíricos e históricos apresentados como hipóteses por pesquisadores, mas sugere alguns critérios para essa validação ao longo de sua obra. Cohn procura a resposta para a questão da objetividade do conhecimento em Weber centrando a atenção na construção dos tipos ideais:

(...) o problema se concentra (...) na questão dos critérios que comandam as operações de isolamento e depuração de aspectos da realidade histórico-social. Em consonância com isso, Weber dedica atenção (...) às questões relacionadas ao caráter construtivo do tipo. (Cohn, 1979: 50).

O autor está correto - muito embora a preocupação com a construção do tipo ideal, sustentarei, responde apenas parcialmente o problema da objetividade do conhecimento.

Para que entendamos de maneira correta esse ponto, nos deteremos em destaques dados por Weber à construção do tipo ideal. São três as questões que Weber pretende esclarecer, partindo da compulsoriedade do tipo ideal.

A primeira das questões aponta para o fato de que, com a falta de cuidado na admissão de que os conceitos operam uma seleção do material empírico, tende-se a fazer a seleção (que é, como vimos, compulsória) de forma não controlada, tornando-a "imprecisa" e afetando a clareza da exposição. Logo, assegura Weber, todo cuidado deve ser tomado no sentido de que os conceitos não tenham um "impreciso caráter do seu conteúdo" (Weber, 1974: 80).

O conceito que não é construído de forma clara, inequívoca e rigorosa (como os conceitos que utilizamos cotidianamente), segundo o autor,

(...) oculta sempre confusões do pensamento ou da vontade, muitas vezes é o instrumento de perigosas ilusões, e é constantemente o meio de boicotar a evolução de uma exposição correta dos problemas. (1974: 107-8).

Portanto, "(...) é apenas mediante a construção rigorosa dos conceitos, ou seja, graças à utilização do tipo ideal, que se torna possível expor de forma inequívoca o que se entende e pode entender" pelo significado de algum conceito (1974: 84).

O primeiro dos motivos, portanto, para que se controle a construção dos tipos ideais (de forma logicamente não-contraditória e conceitualmente rigorosa) é garantir a clareza e a expressão inequívoca dos conceitos.

Weber exemplifica bem o que quer dizer ao examinar alguns conceitos que, se a princípio parecem "claros" (uma vez que relativamente familiares), englobam toda sorte de contradições que se revelam mesmo no exame rápido. Um dos conceitos utilizados para esse fim é o de "interesses da lavoura". Toda sorte de interesses contraditórios se engloba em tais conceitos, tais como

(...) os interesses dos camponeses que desejam vender suas terras, pelo que apenas lhes interessa uma rápida subida no preço dos terrenos; o interesse diametralmente oposto daqueles que querem comprar terras, aumentá-las ou tomá-las de arrendamento; o interesse dos que estão empenhados em conservar uma propriedade para obterem vantagens sociais para os seus descendentes, pelo que estão interessados numa estabilização da propriedade; o interesse contrário desses outros que, no interesse próprio ou dos seus filhos, desejam uma redistribuição das terras em benefício do que melhor as explora (...). (1974: 104).

Desnecessário dizer que a falta de rigor nesta construção conceitual - e em outras, segundo Weber, como "interesses do Estado" ou mesmo "interesses da classe operária" - impede a clareza da exposição que se faz com a sua utilização.

Outro perigo de se ignorar a compulsoriedade da seleção do material empírico, e passo aqui para o exame da segunda questão, é operar tal seleção admitindo uma confusão entre a influência **lógica** dos valores e a influência **prática** dos valores. Como vimos, o princípio de seleção do material empírico sugerido por Weber são

as idéias de valor. Se não tomarmos o necessário cuidado com a utilização de tais idéias de valor - cuidados esses claros quando se tem **consciência** da compulsoriedade da seleção que faz qualquer conceito -, poderemos criar um tipo que não seja **ideal** apenas no sentido **lógico** mas também no sentido **prático**, isto é, que corresponda a alguma desejada efetivação prática de nossas idéias de valor, ou ao que acreditamos que o fenômeno **deve** 'idealmente' **ser**.<sup>5</sup> Desta forma, é necessário distinguir drasticamente nossos conceitos da realidade - mesmo que existam aproximações e mesmo sabendo que o dever da atividade científica seja medir tais aproximações.

Chegamos, com isso, à terceira das questões, que trata da radical distinção feita por Weber entre o conceito e a realidade empírica. Essa distinção deve ser entendida não como a afirmação de que todo trabalho científico seja uma desmesurada obra de ficção, mas como uma (saudável, no meu entender) atitude cética com relação a todo e qualquer conhecimento. Os tipos ideais, assim,

(...) revela um ponto de vista teórico e portanto 'unilateral' que, embora esclareça a realidade, demonstra ser impróprio para se tornar um esquema no qual essa realidade pudesse ficar completamente incluída. Porque nenhum desses esquemas mentais (...) pode esgotar a sua imensa riqueza. Todos esses sistemas não passam de tentativas para conferir uma ordem ao caos dos fatos que incluímos no âmbito do nosso **interesse** (...) (1974: 99, ênfase do autor).

---

<sup>5</sup> Como diz Weber para contraditar tal idéia, existem tipos ideais tanto de religiões como de bordéis...

A forma correta do cientista lidar com essas três questões passa, obrigatoriamente, pelo controle da construção dos tipos ideais. É nesse sentido que Weber recomenda um **"dever elementar de auto controle científico"** (1974: 89) quando do "trabalho de construção e crítica dos conceitos". Entretanto, como o autor assevera, existem "outros meios" para que a prática científica atinja seu fim.<sup>6</sup>

Essas considerações weberianas permitem entender o quanto são importantes determinados aspectos formais da construção do tipo ideal para se atingir a objetividade do conhecimento. Definem tanto uma atitude cética em relação a todo conhecimento (quando aponta que se trata apenas de uma seleção "acentuada" de determinadas características do real - e **não a própria realidade**) como algumas condições necessárias para que se avalie um conhecimento como objetivo (rigor na construção conceitual, clareza de expressão etc.). Estas condições figuram certamente como **necessárias** para que se decida sobre a objetividade do

---

<sup>6</sup> Interessante observar que justamente no texto sobre a "Objetividade do Conhecimento" Weber apenas coloque o problema da objetividade, não dando a ele a resposta geral que só iremos encontrar ao longo de sua obra. Assim, o autor afirma neste texto que "A 'objetividade' do conhecimento no campo das ciências sociais depende antes do fato de o empiricamente dado se encontrar constantemente alinhado sobre idéias de valor que são as únicas a conferir-lhe **valor** para o conhecimento (...)" (1974: 109, ênfase no original). Ora, esta não é a "solução" do problema da objetividade, senão sua colocação. A prova disso está no fato de que, imediatamente depois fazer essa afirmação, Weber tivesse se sentido na obrigação de acrescentar que "(...) ainda que a significação desta objetividade apenas se compreenda a partir de tais idéias de valor, não se trata de converter isso em pedestal de uma prova empiricamente impossível da sua validade." (1974: 109).

conhecimento: certamente é impossível tecer juízos de validade acerca de algo que não se compreende por ser vago, confuso ou contraditório.

Assim, como sugere Saint-Pierre, de fato Weber se preocupou com critérios de construção do tipo ideal:

O tipo-ideal é construído a partir de uma "intensificação unilateral" da realidade, ou seja, uma exageração de alguns de seus elementos característicos a partir de um determinado "ponto de vista". (...) tal construção deve satisfazer certas exigências formais, entre as quais figuram especialmente a **consistência lógica e a não-contradição interna.**" (Saint-Pierre, 1991: 67. A ênfase é minha).

Mas esta não é a principal resposta à questão da objetividade do conhecimento dada por Weber. O descumprimento da exigência de "rigor" na construção do tipo ideal, por exemplo, pode impedir que um tipo ideal qualquer seja considerado "válido". Seu cumprimento, entretanto, não **garante** ou **assegura** a validade do tipo. Idem para a exigência da distinção entre tipo e realidade: caso não seja observada, tal exigência pode produzir um conjunto de conceito confusos - mas sua observância não garante a validade **a priori** dos conceitos.

A preocupação com a construção dos tipos ideais, além disso, não resolve uma questão de maior fôlego: a de como se decide a respeito da validade de uma **hipótese causal** determinada.<sup>7</sup> Uma

---

<sup>7</sup> Uma vez que, como foi mencionado, os tipos **não são o fim** da atividade científica: eles servem à construção de hipóteses históricas, isto é, ao conhecimento da realidade histórica. A validade do tipo não garante, infelizmente, a validade da hipótese, como veremos logo a seguir.

hipótese causal que relacionasse dois tipos ideais históricos (como "protestantismo" e "corporativismo") - isto é, que tomasse, por exemplo, as práticas corporativas de parcelas significativas da sociedade alemã atual como determinadas (ou influenciadas) por crenças centrais específicas das doutrinas protestantes vigentes na mesma sociedade - poderia ter seus tipos construídos de forma a respeitar as exigências formais de consistência lógica e não-contradição interna e, ainda assim, não ser válida. Os tipos, construídos corretamente, poderiam não se mostrar úteis.

As exigências formais para a construção dos tipos ideais é feita por Weber, mas não constitui sua principal resposta para o problema da validação intersubjetiva (e, portanto, da **objetividade**) do conhecimento.

Para que se entenda como Weber procura enfrentar o problema da objetividade do conhecimento, teremos que passar por uma distinção feita por Weber (mas nomeada e presente nos debates metodológicos nos dias de hoje): a distinção entre o **contexto da descoberta** e o **contexto da validação**. Assim, a origem (e, portanto, a "descoberta") de um conhecimento não é, para Weber, questionável. Weber não acredita que exista um "método de abordagem particular", ou um "processo psicológico específico"<sup>8</sup> que

---

<sup>8</sup> Tal como o "esvaziar as mentes" dos positivistas. Os passos para a construção do tipo ("acentuar unilateralmente aspectos da realidade...") apontam apenas para a produção de um tipo, mas não garante que seja um tipo frutífero para pesquisa, ou uma hipótese causal correta etc.

resulte, com certeza, em conceitos e hipóteses válidos ou objetivos. O autor afirma, por exemplo, que

Cientificamente, a idéia de um diletante pode ter a mesma influência, ou ainda maior, para a ciência que a idéia de um especialista. Muitas de nossas melhores hipóteses e visões são devidas, precisamente, a diletantes. (Weber, 1982a: 161).

A validação de um conhecimento, portanto, é feita **a posteriori**, através do questionamento desse conhecimento por diversos meios (como o exame dos critérios formais acima mencionados, a experimentação e o teste, a recorrência a dados empíricos históricos etc.). Nunca se deveria, portanto, fazer

(...) com que a pergunta quanto ao processo psicológico na formação de um conhecimento fosse confundida com a pergunta quanto ao "sentido" lógico da sua validade empírica. (Weber, 1992a: 82).<sup>9</sup>

É importante acentuar que a regra da validação também não marcaria a diferença entre as ciências sociais e as ciências naturais:

O uso de determinadas "regras" na "validação empírica", tendo por fim o controle da "interpretação" das ações humanas, apenas poderia ser tido como diferente do procedimento nas "ciências naturais" quando se aborda essa questão de modo assaz superficial. (Weber, 1992a: 82).

---

<sup>9</sup> Em outra passagem, Weber diz que "(...) não queremos afirmar nada sobre a questão psicologicamente interessante mas da qual não nos ocupamos aqui: como é que surge uma hipótese histórica na mente do pesquisador, **mas somente** com referência à **questão de** em que categoria lógica em caso de dúvida e de questionamento é possível demonstrar a **validade** de tal hipótese (...)" (Weber, 1992b: 202; a ênfase é minha).

Isso é central no que entendo ser a epistemologia weberiana - ao menos no que tange à questão da objetividade do conhecimento. A distinção entre o contexto da descoberta e o contexto da validação permite a Weber uma solução teórica para o impasse anteriormente mencionado: a influência dos valores e da subjetividade do cientista na definição do objeto de pesquisa e seu conceito, na criação de hipóteses e hipóteses de trabalho, na condução de toda pesquisa - influência que torna problemática a questão da objetividade do conhecimento e que não é, de forma alguma, eliminada pelo processo rigoroso de construção dos conceitos -, por um lado, passa a pertencer ao plano da descoberta. A **validação** do conhecimento resultante, por outro, se dá através dos meios acima mencionados: julga-se se ele está de acordo com os critérios formais (se é logicamente consistente, não-contraditório), com os evidências históricas existentes, etc.

Essa **verificação** não precisa ser, necessariamente feito pelo próprio cientista, **podendo** ser no debate científico: daí a definição de objetividade do conhecimento como a validação **intersubjetiva** desse mesmo conhecimento.<sup>10</sup> Assim, um conhecimento cuja produção foi influenciada por valores pode ser **objetivo**, caso

---

<sup>10</sup> Não são raras as menções de Weber à "discussão livre" (Weber, 1992c: 212) ou à falibilidade de todo conhecimento científico (Weber, 1982a: 164). Assim, pode-se considerar que o exame de um conhecimento exige, para Weber, um certo distanciamento por parte do cientista, para que se possa perceber nele seus equívocos. Jaspers afirma, a respeito do espírito crítico weberiano que "Há uma tendência indestrutível da vontade não crítica de conhecer (...). É contra esse impulso monístico que se volta o conhecimento crítico de Max Weber." (Jaspers, 1977: 129).

passa pelos diversos exames que os cientistas impõem<sup>11</sup>. Essa idéia weberiana foi corretamente percebida por Saint-Pierre:

(...) embora se parta de uma escolha subjetiva para o recorte do material, os resultados científicos (...) devem ser obtidos a partir de procedimentos submetidos à verificação, e cuja correção se imponha sobre **todos os pontos de vista e a quaisquer sistemas de valores**. O que Weber está exigindo desse modo é correção metodológica (critério interno) e posterior correção empírica dos resultados (critério externo), que é o que pretende uma ciência empírica da realidade cultural. (Saint-Pierre, 1991: 39, a ênfase é minha).

Dois possíveis **tipos** de critérios de validação são sugeridos por Weber (além dos critérios "formais"): os que dizem respeito à validade e utilidade dos tipos ideais e os que dizem respeito à validade das hipóteses históricas empíricas propostas pelos cientistas.

---

<sup>11</sup> Não estou sugerindo que Weber apresente, aqui, uma clara teoria dos "aspectos sociais do progresso científico", ou que dedique muita atenção ao tema da "comunidade científica" - como questionou o Prof. Renato Ortiz no exame de qualificação. Não que Weber efetivamente não tenha se importado com o tema: um dos seus importantes textos "metodológicos" ("A Ciência como Vocação" - como me lembrou o orientador) fala exatamente da comunidade científica. Em diversas oportunidades, cf. citação anterior, Weber se mostra um defensor do "espírito crítico" e um crítico do academicismo tacanho (idéias que dizem respeito à comunidade acadêmica e científica, esta é a verdade). Lembro-me, por exemplo, de uma passagem de seu texto sobre a "Objetividade do Conhecimento" em que afirma que a **Archiv** "não protegerá ninguém - nem os seus colaboradores, nem os seus editores - de se expor (...) à mais dura crítica científica e objetiva." (Weber, 1974: 27). De qualquer maneira, é meu dever reafirmar que Weber não possui uma teoria sistematizada dos aspectos sociais do conhecimento científico, nem uma teoria do "racionalismo crítico", que só viriam a aparecer com Popper. Tais temas não são, entretanto, estranhos ao autor.

Um critério de validação **a posteriori** dos tipos ideais é sugerido por Jeferson Soares (1992), por ele nomeado "princípio de demonstrabilidade":

(...) a demonstrabilidade da 'verdade' ou validade de conceitos-tipo ou teorias (leis sociais) está em função do seu poder de ordenar a realidade social. Nesse sentido, se um conceito-tipo é capaz de ordenar o real social (a realidade histórica), então, podemos alegar que é 'verdadeiro' ou válido, ou seja, é pertinente ou tem significado empiricamente demonstrável. (Soares, 1992: 75).

Um conceito tipo ideal, portanto, deveria ser considerado válido apenas quando se mostrasse ser um instrumento de seleção frutífero. Caso esse tipo não pudesse ser utilizado em determinadas situações, poder-se-ia substituí-lo por outro, sem que o primeiro deixasse de ser válido para outras situações. Soares ensaia uma crítica a esse princípio de demonstrabilidade: segundo ele, apesar do "princípio" não acarretar dogmatização (uma vez que Weber admite o trabalho com uma pluralidade de tipos), acaba por implicar imunização contra a crítica: um tipo que não fosse útil numa situação histórica não seria "empiricamente falseado", mas apenas considerado inválido **naquela situação histórica concreta**. Soares, que pretende seguir Popper, **não** admite que conceitos **não** possam ser falseados empiricamente.

Este autor, de fato, apresenta um critério que está além dos critérios formais para que se decida acerca da validade do tipo ideal. Tal critério parece encontrar eco na obra do autor, pois, segundo Weber, os tipos ideais são **meios** de conhecimento - isto é, servem ao conhecimento por selecionar, na realidade empírica, aquilo que "deve" ser conhecido - e portanto para sabermos se se

trata "de uma construção conceitual proveitosa para a ciência" existe um critério: "o da eficácia" (Weber, 1974:79). Sua eficácia, entendo eu, é, portanto, função de algo próximo do princípio de demonstrabilidade proposto por Soares, senão igual - isto é, de sua capacidade de ordenar a realidade. Sua crítica a Weber, entretanto, é equivocada: o próprio Popper admite que a metodologia trata de questões de validade acerca de **enunciados**, de hipóteses, e não de **conceitos** (Popper, 1989: 35-6). Assim, um **conceito** não pode ser falseado empiricamente - uma vez que se trata apenas de um instrumento de seleção do material empírico. Entretanto, as hipóteses causais nas quais tal conceito estiver presente, sim, podem ser falseadas e empiricamente questionadas - e com elas a teoria na qual se baseiam.<sup>12</sup>

O critério de validação para as **hipóteses históricas empíricas** propostas pelo cientista é, para Weber, o exame a partir dos dados empíricos existentes. Assim Weber não apenas propõe que

(...) o regresso causal apenas pode alcançar (...) validade se, em caso de questionamento, saiu honroso da prova (...) (Weber, 1992b: 202),

como também assegura que qualquer que seja o conhecimento, "(...) seu alcance e sua validade devem ser examinadas pelos fatos empíricos" [evidentemente leia-se, no lugar de "pelos fatos empíricos", algo como "examinado através do recurso aos fatos empíricos"] (Weber, 1992c: 222).

---

<sup>12</sup> Uma sistemática negação das hipóteses que se utilizem de um determinado tipo ideal, imagino eu, pode levá-lo ao desuso. Isto não significa um "falseamento".

Eugène Fleishmann percebeu a importância que Weber dá à verificação empírica de hipóteses causais:

A chave da sua 'filosofia' deve ser procurada em uma tentativa incessante de 'verificar' suas idéias - pois sem isso não as levava em consideração, nem mesmo como hipóteses de trabalho - por meio de um procedimento exclusivamente situado no plano dos fatos. (Fleishmann, 1977: 140).

Entretanto, acerca disso, é crucial mencionar que, para Weber, tal verificação não parece ser definitiva: se, de acordo com os dados empíricos existentes, um conhecimento é considerado "objetivo", isto é, **válido** "para todos aqueles que querem a verdade", nada impede que dentro de algum tempo, diante do surgimento de novos fatos, documentos - e, nas ciências naturais, novos testes -, esse mesmo conhecimento deixe de ser válido. E é nesse sentido, acredito, que devem ser lidas declarações suas afirmando que os produtos da ciência tendem, com o tempo, a ser superados, e que "toda realização científica (...) pede para ser 'ultrapassada' e superada. Quem deseja servir à ciência tem que resignar-se a tal fato." (Weber, 1982a: 164).

Assim, se pudermos resumir a posição de Weber acerca da objetividade do conhecimento, colocaríamos desta forma: (1) a realidade (natural ou social) é inesgotável e infinita; (2) todo conhecimento opera uma seleção do material empírico; (3) influem nessa seleção valores do cientista - o que implicaria relativismo e subjetivismo; (4) para que se tenha **objetividade**, deve-se julgar qualquer conhecimento proposto através (a) dos critérios formais, como o rigor e a clareza dos conceitos, (b) da "demonstrabilidade"

ou eficácia dos conceitos e (c) da adequação desse conhecimento aos fatos empíricos conhecidos: passando por estas "provas", um conhecimento é declarado "objetivo", até o surgimento de evidência contrária. Os pontos (1) e (2) seriam as condições sob as quais todo conhecimento seria produzido; o ponto (3) remeteria ao "contexto da descoberta"; e o ponto (4) ao "contexto da validação".<sup>13</sup>

Essa distinção entre o contexto da descoberta e o da validação sofreu virulenta crítica de Pietro Rossi (1971), que serviu de base para que Michael Löwy (1987) e Saint-Pierre (1991) decretassem a falência da epistemologia weberiana. O argumento de Rossi é o de que a influência dos valores (por ele nomeados de "pressupostos axiológicos") não se restringe à delimitação do objeto ("a primeira etapa do processo científico"), isto é, ao contexto da descoberta, mas se dá também no que chamei de "contexto da validação": os valores, pois, influenciariam todo o processo cognitivo, implodindo a "objetividade" weberiana:

---

<sup>13</sup> Esta é, evidentemente, uma reconstrução "típico-ideal" do argumento weberiano, que não se apresenta nesta forma "pura" em nenhum momento. De qualquer forma, tal reconstrução é bastante semelhante à que fazem autores como Parsons, Saint-Pierre, Rossi e mesmo Löwy, e me parece encontrar documentação clara o suficiente para ser considerada "válida".

A referência a valores não pode limitar-se à primeira etapa do processo científico, que é a delimitação do campo de investigação. Pelo contrário, a referência aos pressupostos axiológicos se encontra em todas as etapas da investigação. Os pressupostos axiológicos determinam a orientação geral e as decisões metodológicas derivadas dela. Na forma de hipóteses explicativas, atuam também sobre o processo explicativo. E se é assim, a adoção de certos pressupostos axiológicos condicionará também, direta ou indiretamente, os resultados da investigação, o que Weber, precisamente, não queria admitir. (Rossi, 1971: 67).

Seguindo Rossi, Hector Saint-Pierre acredita que os sistemas de valores influenciam não apenas a construção e na delimitação do objeto, mas também a construção do "esquema de prova" - e assim a "objetividade" dos enunciados não pode ser decretada:

Isso introduz uma certa dúvida a respeito da validade dos procedimentos como garantia da "objetividade" dos resultados. Na realidade, **Weber nunca é claro quando se refere à 'comprovação empírica' tanto nos resultados quanto nos métodos.** (Saint-Pierre, 1991: 47. A ênfase é minha).

Löwy, por sua vez, dispara afirmando que, se os valores influenciam as questões feitas pelos cientistas sociais, e as respostas dependem em larga medida destas mesmas questões, então os valores terminam por influenciar todo o processo de investigação.

Dos três autores, Saint-Pierre (cujo texto é mais exegético) é o único que não busca uma saída própria para o problema da objetividade do conhecimento. Löwy e Rossi, percebendo o quanto a negação da objetividade do conhecimento tem de autocontraditória, procuram esquemas alternativos: este procura dar "uma nova significação" à objetividade weberiana, através da criação de

normas que regulem a influência dos "pressupostos axiológicos" na pesquisa; aquele, procura apresentar seu modelo epistemológico com o recurso à noção de determinação social do conhecimento sociológico (que é, como indica o autor, de Lucien Goldmann).

Löwy, ao renegar peremptoriamente a objetividade do conhecimento em todo seu texto, chega mesmo a flertar com o relativismo. A própria noção de "determinação social do conhecimento sociológico" ficaria sujeita ao dilema do relativista, ou, como Popper prefere chamar, à "dupla personalidade intelectual": num primeiro momento afirma-se que todo conhecimento sociológico é socialmente determinado e que, portanto, tais conhecimentos não podem pretender-se objetivos (personalidade intelectual 1); num segundo momento, finge-se que tal raciocínio não se aplica ao próprio pensamento, e que, portanto, ele pode ser considerado o retrato **objetivo** desta "realidade epistemológica" (personalidade intelectual 2).

Para não cair nesse raciocínio contraditório, Löwy pretende assentar a "objetividade do conhecimento" nas possibilidades estruturais dadas às perspectivas de classe. Assim, a classe operária, que seria a última classe, que pretenderia acabar com qualquer regime de dominação, necessitaria, **mais que qualquer outra**, da verdade, e seria dotada de uma "superioridade epistemológica" (Löwy, 1987: 200): "(...) o ponto de vista do proletariado é o horizonte científico de nossa época." (1987: 201).

As demais classes tenderiam, de uma forma ou de outra, a perder com a livre divulgação da verdade, pois seriam as beneficiadas com o sistema de dominação vigente. Assim, seu horizonte científico seria limitado em relação ao horizonte proletário. Criticarei essa proposta adiante.

Melhor opção fez, acredito, Pietro Rossi. Como esse autor parece querer defender a objetividade nas ciências sociais, ele trata de formular "regras estritas" para a utilização do que chamou de "pressupostos axiológicos" (ou valores), de modo a aprimorar as idéias weberianas. São elas:

- 1) é exigida a enunciação formal dos pressupostos;
- 2) as hipóteses de trabalho deles derivadas devem ser "postas à prova no curso da investigação";
- 3) os modelos explicativos emergentes devem ser conservados ou descartados conforme a experiência.

Segundo ele, a primeira regra impede que se confunda pressupostos com a realidade; a segunda estabelece o caráter hipotético dos pressupostos; a terceira estabelece que a experiência "é de uma importância decisiva para a adoção ou o afastamento de uma hipótese explicativa" (1971: 68). Rossi acredita ter dado outra significação para a objetividade weberiana.

Primeiramente, analisarei a crítica que os autores fazem a Weber. Rossi, Saint-Pierre e Löwy a mim parecem estar equivocados quando dão pouca importância à distinção entre o contexto da

descoberta e o contexto da validação. Se os valores (ou "pressupostos axiológicos") efetivamente influenciam a construção do objeto de pesquisa e mesmo das hipóteses iniciais - isto é, se realmente atuam no contexto da descoberta -, não há por que acreditar que tenham vez no momento de se submeter à prova os resultados da pesquisa: tais resultados **não serão** analisados em um ambiente monista em termos de valores. É nesse sentido que Weber afirma que um conhecimento que se pretende válido deverá ser reconhecido como tal "mesmo por um chinês" - leia-se: mesmo por alguém que tenha outros valores (Weber, 1974: 23) -, ou "para todos os que querem a verdade" (1974: 66) - leia-se: independente dos valores que assumam para sua vida prática.

Além disso, as hipóteses históricas deverão ser "verificadas" empiricamente. E se Löwy está certo quando afirma que as questões feitas à realidade determinam as respostas que esta poderá dar, deve-se assinalar que essa determinação é "plástica": limita **sobre** o que "será respondido", e não **o que** se "responderá". Popper percebe isso bem quando afirma que

(...) embora os fatos sejam coligidos com vistas à teoria, e a confirmem enquanto a teoria se mantiver de pé em face dessas comprovações, **são eles mais do que simplesmente uma espécie de repetição vazia de uma teoria pré-concebida.** (...)

... uma descrição científica dependerá em ampla escala de nosso ponto de vista, nossos interesses (...); mas **também dependerá dos fatos descritos.** (Popper, 1980: 267. A ênfase é minha).

Assim, acredito que a distinção entre o contexto da descoberta e o contexto da validação é a arma teórica weberiana

que não permite que sua epistemologia naufrague diante das ameaças relativistas. Concordo com Parsons quando esse afirma que

(...) as bases de interesse em função das quais se projetam os problemas de uma ciência devem ser distinguidas cuidadosamente dos critérios aplicados no que se refere aos métodos utilizados para resolver tais problemas, e da validade das proposições formuladas a partir do emprego desses métodos. (Parsons, 1971: 18).

Examinarei, agora, as "teorias epistemológicas" de Löwy e Rossi. A "teoria" da objetividade do conhecimento de Löwy não tem grandes atrativos, nem traz consigo motivos fortes para ser considerada ao menos um argumento razoável. Apesar de se basear em autores de peso (Lucien Goldmann, Adam Schaff<sup>14</sup>...), apresenta um raciocínio tortuoso que consiste em basear a objetividade de uma teoria (no caso, da teoria marxista) em fatos apresentados pela própria teoria (como a "superioridade epistemológica da classe proletária"). O argumento é mais ou menos o seguinte: (a) pela **nossa** teoria, existem classes revolucionárias; (b) pela **nossa** teoria é a classe revolucionária que tem o privilégio da verdade (ou da verdade maior); (c) pela **nossa** teoria, a classe revolucionária atual é o proletariado; d) então, pela **nossa** teoria, quem fala a verdade é o proletariado, ou melhor, aqueles que defendem seus **reais** pontos de vista - isto é, **nós**. [Faltaria apenas dizer: e, de preferência, dentre aqueles que estão conosco, percebem melhor a verdade aqueles que concordam comigo (!).]

---

<sup>14</sup> Cf. Löwy (1987), Goldmann, *Les sciences humaines et la philosophie*; Adam Schaff, *Histoire et Vérité*. É dever elogiar o trabalho de Löwy pela gigantesca análise bibliográfica que faz, no mais das vezes, muito bem feita.

O próprio Löwy admite, ao cabo, que a adesão aos argumentos da sua "epistemologia" é uma questão de fé:

(...) eles são aceitáveis apenas para os que já **optaram**, para aqueles que já tomaram posição a favor do proletariado e do seu ponto de vista. Em outros termos: eles contêm um núcleo irredutível de **fé**, ou mais precisamente, de **aposta histórica** sobre o papel emancipador do proletariado, sobre a sua vocação universal e redentora. (Löwy, 1987: 201. A ênfase está no original).<sup>15</sup>

Em relação às regras propostas por Rossi, considero-as corretas do ponto de vista metodológico, mas acredito que Weber as adiantou - e que, portanto, Rossi não deu "nova significação" alguma aos argumentos weberianos. Vejamos.

A exigência da enunciação formal dos pressupostos (primeira regra de Rossi) é muito próxima à exigência que faz Weber de distinguir entre o que é **norma** e o que é **fato** (1992e: 370), o que é **juízo de valor** e o que é **juízo de fato** (1992b: 163). Mais precisamente, Weber admite que o cientista emita juízos de valor, explicitando, porém, "quais os padrões de valor com que se mede a realidade (...)" (1974: 25). A função declarada dessa primeira regra (impedir que se confunda pressupostos com a realidade) é fartamente cumprida por Weber, que inúmeras vezes faz questão de

---

<sup>15</sup> A teoria epistemológica de Löwy é, no meu entender, um claro exemplo de confusão entre a influência **lógica** dos valores na conformação da realidade e a influência **prática** dos valores (cf. mais acima). Assim, Löwy trabalha com conceitos como "classe operária" ou "interesses da classe operária" como se fossem claros o suficiente para deles não se exigir maiores predicados. Sua idéia de "interesses da classe trabalhadora" é ideal não no sentido **lógico**, pois, mas no **prático**: corresponde ela às aspirações políticas (legítimas, mas apenas **na política**) do autor.

distinguir entre artefatos analíticos e realidade empírica<sup>16</sup> (por exemplo, 1992e: 396; 1974: 83). Quanto às segunda e terceira regras de Rossi (pôr à prova as hipóteses e mantê-las ou descartá-las conforme a experiência), pode-se dizer que Weber também as adiantou: um conhecimento só pode ser considerado válido, como vimos, se "em caso de questionamento, saiu honroso da prova (...)" (1992b: 202). Acredito, pois, que Rossi subestimou a relativa sofisticação da epistemologia weberiana.

Para finalizar este capítulo, remeto a dois tópicos relativos às questões que tratamos em Weber. O primeiro diz respeito à neutralidade axiológica e à confusão que se faz entre esta e a objetividade do conhecimento. Para nosso autor, "**A ausência de doutrina e a 'objetividade' científica não têm qualquer parentesco interno.**" (1974: 26, ênfase no original). O autor apenas assinala que **a adesão desmedida a determinados valores pode inibir no cientista o necessário espírito crítico**<sup>17</sup>. No mais, o fato de um conhecimento ser útil a uma camada ou classe social específica não quer dizer que membros de outras camadas ou classes não possam reconhecer-lhe a verdade.<sup>18</sup>

---

<sup>16</sup> Como, ademais, já vimos nesse capítulo.

<sup>17</sup> Cf., por exemplo, Weber (1982a: 179), quando afirma que a adesão a valores religiosos implicam "sacrifício intelectual".

<sup>18</sup> Runciman (1976: 75) também parece querer diferenciar a objetividade de um conhecimento de sua neutralidade axiológica: mesmo aqueles que não concordam com eventuais pressupostos ou derivações valorativas de um conhecimento podem concordar acerca de sua validade (ou o contrário).

Por fim, trato sumariamente da "possibilidade objetiva". Weber, como mencionado acima, não acredita que existam diferenças quanto a regras de validação entre as ciências sociais e naturais. Mas como Runciman argutamente assinala, para Weber, **"o critério de validade comum ao naturalista e ao sociólogo não pressupõe nem requer um procedimento comum a ambos."** (Runciman, 1976: 35, ênfase minha). Logo, a aceitação de um princípio de validação universal **não implica** aceitação irrestrita de técnicas derivadas das ciências naturais. Weber assinala que a história é um mau laboratório (1974: 94-6), e, na falta de uma ampla possibilidade de experimentações (existente de fato nas ciências naturais), surge a idéia de possibilidade objetiva. Assim, na ausência de dados observacionais ou experimentais adequados,

(...) é avaliável apenas o procedimento perigoso e incerto do 'experimento imaginário' que consiste em imaginar certos elementos de uma cadeia motivacional e elaborar o curso da ação como ele provavelmente resultaria, chegando assim a um julgamento causal. (Weber, **The Theory of Social and Economic Organization**, p. 97, cf. Hempel (1965: 162)).

Acredito, portanto, que Parsons (1968: 749) está certo quando considera a possibilidade objetiva como um "mecanismo de prova" ou "verificação" específico das ciências sociais. Tal mecanismo funcionaria da seguinte forma: monta-se um esquema explicativo hipotético em que se expõe o curso esperado dos acontecimentos caso os atores em questão tivessem se comportado racionalmente; compara-se tal esquema com o que de fato aconteceu. Se o que aconteceu é igual ao esquema, então o esquema está correto; caso

contrário, procura-se o que pode haver mudado no esquema de forma a participar da explicação como causa.

(...) o único modo de chegar a um juízo sobre o significado causal de um fator é perguntar pelo que haveria sucedido se o fator não estivesse presente ou fosse modificado. (Parsons, 1968: 751).

A presença de regras de validação específicas das ciências sociais, então, não se torna problema para uma epistemologia que, longe de deixar de reconhecer as especificidades substantivas que marcam as diferenças entre as ciências sociais e as naturais, fez perceber que a questão da objetividade do conhecimento tem determinantes gerais (o contraste entre a infinitude do real e a parcialidade - e finitude - do conhecimento) que independem de tais especificidades.

## 2 - Especificidades das Ciências Sociais

**Compreensão, Falseacionismo, Pretensões Nomológicas:  
"abordagem específica" X "especificidade do objeto".**

O propósito desse capítulo é procurar, em Weber, o princípio que separa o que este chamou de ciências da cultura das ciências da natureza (chamadas, nesse capítulo, CS e CN). Vimos, no primeiro capítulo, que, em relação à questão da objetividade do conhecimento, **não parece haver**, para o autor, diferença entre tais ciências. Por outro lado, parte considerável de sua obra metodológica tratou exatamente do tema da diferenciação, **afirmando-a**, o que faz de Weber um autor que recebe críticas de todos os "nichos" sociológicos: enquanto Löwy, por exemplo, parece querer apontar na epistemologia de Weber contradições oriundas da tentativa de importar o modelo de objetividade das CN (isto é, oriundas da tentativa de aproximar excessivamente os dois "tipos" de ciência), Parsons acusa o Weber de deixar a tarefa desta aproximação inacabada. Ele acredita que, muito embora Weber tenha dado um passo correto na tentativa de aproximar as CS das CN, o autor

Deveria ter percorrido todo o caminho até a tese de que, em um aspecto puramente **lógico**, não há diferença alguma [entre esses tipos de ciência]. Todas as diferenças estão num universo substantivo. (Parsons, 1968: 731-2. Ênfase no original).

Em três temas se pode perceber especificidades das ciências sociais para Max Weber: estas aparecem quando o autor trata da questão da "compreensão", da falseabilidade do conhecimento genérico e das pretensões nomológicas de ambas as ciências.

Acredito que, sob tais assuntos, subjaz uma disputa sobre **o que** marcaria a diferença das ciências sociais: se sua **abordagem específica** ou se seu **objeto de pesquisa**. Procurarei examinar o que, em Weber, marca a diferença.

## 2.1 - O método da "compreensão"

Saint-Pierre afirma (com a ajuda de Mommsen) que, se Weber não conseguiu cumprir todo o caminho que leva à igualdade das CS às CN, aproximou-as tanto a ponto de, à exceção do "método da compreensão", o instrumento conceptual ser o mesmo para as duas ciências (1991: 49-50). O autor está, em parte, certo. De fato, Weber coloca a "compreensão" como uma das tarefas que as ciências naturais jamais poderão cumprir: nas ciências sociais

(...) se trata da intervenção de fenômenos **mentais**, cuja "compreensão" revivescente constitui uma tarefa especificamente diferente da que poderiam, ou quereriam, levar a cabo, as fórmulas do conhecimento exato da natureza. (Weber, 1974: 49. A ênfase está no original).

Daí, entretanto, não se deve concluir que é o método da "compreensão" que marca a diferença entre as CS e CN. Antes, entretanto, devemos tentar entender **o que** Weber quer dizer quando fala em "compreensão".

Cohn procura afirmar que a "compreensão" de que fala Weber não é a compreensão empática, a revivência empática a pouco mencionada. Segundo ele, Weber teria dedicado

(...) enorme esforço para demonstrar que essa compreensão, ou interpretação, nada tem a ver com qualquer revivência empática de ações alheias, sempre que seu objetivo seja conduzir a um conhecimento científico de fenômenos empíricos. (...) Para chegar-se à compreensão é preciso romper os limites opacos da vivência e convertê-la em objeto de análise. (Cohn, 1979: 81).

De fato, Weber destaca que "não é preciso ser César para compreender César" (1992d: 314), isto é, que não é preciso "revivenciar" César para compreendê-lo. Bastaria procurar os fins almejados por suas ações, assim como os meios que possuía para realizá-los, para tornar sua ação inteligível. Não seria necessária a compreensão **subjetiva** do sentido da ação, **dado pelo agente**.

Entretanto, Weber parece não descartar o uso da revivência empática: assim, assegura que a compreensão pode ter caráter racional (compreensão da conexão de sentido visada) ou intuitivo (da conexão emocional experimentada) (1991: 4).

De qualquer forma, fica evidente o papel que tem a "compreensão": num caso ou no outro, trata-se de um instrumento de apreensão daquilo que, em nossa ciência, é considerado como relevante para estudo. Vejamos. Weber define como objeto de estudo tudo aquilo que é, através de agentes sociais, dotado de sentido: a ação social, por exemplo, é definida pelo sentido referente a outra ação social (1991: 3); o interesse histórico se dá sobre tudo aquilo que é "passível de interpretação" (1992a: 61); os "fins" de uma ação são convertidos em sua "causa" (1974: 65). Daí a pergunta: como ter acesso ao "sentido" de uma ação, aos seus "fins", ou àquilo que é "passível de interpretação", isto é, a

certas representações ou conjuntos de representações, senão através da "compreensão"?<sup>1</sup>

Assim, acredito que o "método" da compreensão, em Weber e na realidade, é apenas um **instrumento** necessário para a apreensão de tudo aquilo que é teoricamente considerado "objeto sociológico", e **não marca a diferenciação entre as CS e as CN** (não mais que um telescópio, um acelerador de partículas ou um microscópio, isto é, que outros instrumentos que permitem o acesso aos objetos das diversas CN).

Isso parece ter sido corretamente percebido por Parsons, e chegou a ser destacado pelo próprio Saint-Pierre. Parsons, por exemplo acredita que, para Weber, a **Verstehen** permite, essencialmente,

(...) a acessibilidade do aspecto subjetivo da ação de outrem, como um processo real no tempo. O objetivo deste **Verstehen** é descobrir as motivações [da ação]. (Parsons, 1968: 777).

Saint-Pierre, igualmente, nota que

(...) a compreensão nada mais é que um meio auxiliar que ajuda a descobrir o sentido das ações dos homens, ou seja, promove a elaboração de hipóteses nas Ciências da Cultura. (Saint-Pierre, 1991: 62).

A explicação, nas CS, depende da compreensão como instrumento de apreensão dos seus elementos: daí **não haver contradição** numa expressão como "explicação compreensiva", utilizada por Weber.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Objetos alheios ao sentido ainda assim têm importância para a sociologia weberiana: são "condições, ocasiões, obstáculos ou estímulos" da ação social (Weber, 1991: 8).

Se, examinando o "método da compreensão", não caminhamos no sentido da definição do que, para Weber, diferencia as CS das CN, chegamos ao menos a uma conclusão: o **objeto** de pesquisa das CS têm nas mesmas uma influência positiva, talvez maior do que alguns autores, como Parsons, desejariam.

## 2.2 - Teoria generalizante e pretensão nomológica nas CS

Weber frisa as diferenças entre as CS e as CN quando menciona o papel que a teorização generalizante e a redução dos acontecimentos empíricos a certos conjuntos de leis poderiam ter em cada uma destas ciências. E o que segue é ponto, em geral, comum nos comentadores lidos: Löwy destaca que, na sociologia de Weber, as leis têm "um lugar subordinado como simples meio auxiliar no conhecimento do fenômeno individual e **único**." (Löwy, 1987: 580, ênfase no original); Parsons acredita que os conceitos gerais e a generalização são, para o autor, "residuais" (Parsons, 1968: 767, 775); Runciman, igualmente, sublinha o papel "subordinado" da generalização e das leis na ciência social weberiana (Runciman, 1976: 39).

O destaque dado pelos comentaristas ao papel "subordinado" das leis na sociologia weberiana parece estar de acordo com a posição que Weber efetivamente defendeu, embora esta não seja de

---

<sup>2</sup> O que mostra que compreensão não se opõe a explicação, ao menos para Weber: "Para a ciência histórica, especificamente, a forma de explicação causal é uma consequência da 'interpretação' compreensiva." (1992a: 99). Cf. também (1992e: 392).

todo clara. Assim, Weber destaca a necessidade do conhecimento generalizante: não se pode concluir que a busca da individualidade do fenômeno histórico implique considerar que

(...) o conhecimento do **geral**, a formação dos conceitos genéricos abstratos, o conhecimento de generalidades e a tentativa de formulação de relações "regulares" não possuem uma justificação científica. Muito pelo contrário. (Weber, 1974: 58-9, ênfase no original).

Isso porque Weber concluiu acertadamente que a afirmação de uma relação de causalidade entre dois fenômenos só pode se dar quando da pertinência de um conhecimento nomológico que afirme a existência de relação causal entre dois **tipos** de fenômenos (que incluem aqueles que, na pesquisa, são postos em relação) (Weber, 1974: 59).

Mas a importância do conhecimento geral e nomológico está em ser um **meio** de imputação causal entre fenômenos históricos concretos, isto é, em ser um "meio de conhecimento": "No campo das ciências da cultura, o conhecimento do geral nunca tem valor por si próprio." (1974: 60).

Duas características marcariam o conhecimento generalizante nas CS: o fato de que seu poder de previsão seria limitado, e o fato de que seria relativamente infalseável. Sobre sua falseabilidade, Weber declara que

(...) em oposição às hipóteses das ciências naturais, a constatação de sua não-validade em casos concretos, não diminui o seu valor cognitivo (...) (1992a: 96).

Em outras palavras, e segundo o meu entendimento, que seria, ao menos relativamente, infalseável.

A segunda característica do conhecimento generalizante seria sua baixa capacidade preditiva. Isso pode ser percebido em Weber quando esse afirma que, a partir de um conhecimento nomológico qualquer (dado, por exemplo, pela constatação de que a uma determinada "adequação de sentido" segue, geralmente, uma ação correspondente), não se pode ter certeza de que sua "predição" se dará.

Nem de longe ocorre que, paralelamente à adequação de sentido inteligível, cresça **sempre** a probabilidade efetiva da frequência de um desenrolar correspondente. Pois apenas a existência externa [desse desenrolar] pode mostrar em cada caso se isso se dá ou não. (Weber, 1991: 8. A ênfase é do original).

Estaria assim explicitado o baixo potencial nomológico que Weber sustenta para as ciências sociais, impedindo a redução dos fenômenos concretos a certas leis:"

(...) carece de razão de ser um estudo "objetivo" dos acontecimentos culturais, se por isso se entende que o fim ideal do trabalho científico deveria consistir numa redução da realidade empírica a certas leis. (Weber, 1974: 60).

Não que Weber afirme a inexistência de regularidades comportamentais, ao contrário: numa defesa algo exagerada da opinião contrária, sustenta que, sim, existem regularidades que podem e devem servir de ponto de partida para estudos sociológicos.<sup>3</sup> Mas não concordo com a afirmação de Cohn segundo a qual

---

<sup>3</sup> Weber menciona a existência de "regularidades estatísticas" relacionadas aos fenômenos sociais, e chega a afirmar que a "'calculabilidade' dos processos naturais, como, por exemplo, no setor de 'previsão de tempo', muitas vezes nem de longe é tão exata

Do ponto de vista mais amplo, a tese de Weber é a de que a previsibilidade do conhecimento científico da ação humana é tão possível, ou mais, do que no caso dos fenômenos naturais. (Cohn, 1979: 80).

Esta opinião, apesar de exegeticamente baseada (ver nota 3, nesta página), não parece ser a que Weber defendeu. Quando afirmou que processos sociais seriam tão (ou mais) passíveis de predição que os processos naturais, Weber debatia com a idéia de Knies segundo a qual a imprevisibilidade seria marca da ação humana. E Weber sustentava apenas que não. Tanto é assim, que Cohn acaba por afirmar que Weber "Recusa (...) a idéia de que se possa construir um sistema conceitual abrangente, de natureza dedutiva." - e traço, por minha conta, uma relação entre predizibilidade e sistemas conceituais dedutivos.<sup>4</sup>

Acredito assim que Weber deu efetivamente importância residual aos sistemas teóricos e afirmou sua infalseabilidade (ainda que relativa) e um baixo potencial nomológico nas CS (admitindo a existência de regularidades), marcando clara diferença entre essas e as CN. Resta, agora decidir sobre que elemento Weber assentou tais diferenças.

### **2.3 - Abordagem específica X especificidade do objeto**

A idéia geral dos comentaristas é a de que Weber defendeu apenas um **enfoque**, uma **abordagem específica** para as CS, que

---

como o cálculo que diz respeito ao comportamento de uma pessoa, cujos hábitos comportamentais conhecemos muito bem." (1992a: 47)

<sup>4</sup> Sobre o processo de dedução e predição, cf. Popper (1989: 79-82).

implicou a negação da generalização teórica (como um **fim**) para tais ciências. A posição weberiana de que o interesse histórico se dá sobre eventos individuais - em relação aos quais os esquemas teóricos gerais e nosso conhecimento nomológico seriam apenas **meios** de conhecimento -, aliada à histórica divisão entre ciências nomotéticas e idiográficas, seria a justificativa.

Weber postula que a determinação da "direção de interesse" é o fator delimitante entre ambos os grupos de ciências [naturais e culturais]. Assim, por exemplo, o interesse pelos fenômenos naturais (...) tenderá aos aspectos abstratos e generalizantes, e não de individualidade concreta. (...) De outra forma, as Ciências Culturais centram seu interesse nos seres humanos e, como seres criadores de cultura, em suas realizações culturais. (Saint-Pierre, 1991: 45).

Parsons também acreditou que Weber não deu muita importância para os sistemas teóricos gerais nas CS porque acreditava que

(...) o interesse pela individualidade implicado pela **Wertbeziehung** [referência a valores] e a generalidade das leis e dos elementos são logicamente incompatíveis se se leva a generalização demasiado longe. (Parsons, 1968: 775).

Chamarei esta idéia, segundo a qual o que diferencia, para Weber, as CS das CN é a **abordagem** idiográfica, de "hipótese da abordagem". Ela se baseia fortemente nos escritos de Weber, e admito que pode ser a interpretação **correta** da sua opinião. Mas acredito que, hoje em dia, como uma opinião sobre a distinção entre essas ciências, não é mais sustentável.

De fato, Weber tece considerações que autorizariam a "hipótese da abordagem". Afirma, por exemplo, que "o estabelecimento de regularidades [de conexões causais] não é a

**finalidade**, mas um **meio** de conhecimento" (1974: 59) de indivíduos históricos, nas CS.

Mas como Parsons bem notou, a divisão entre ciências idiográficas e ciências nomológicas **não coincide** com a existente entre CS e CN: temos diversas CN que são ciências idiográficas (a meteorologia e a geologia, por exemplo, se interessam por eventos individuais) e CN que são nomológicas (a física teórica...). Assim, **metodologicamente**, poderíamos ter nas CS disciplinas idiográficas (economia histórica, sociologia histórica etc.) e nomológico-generalizantes (economia e a sociologia teóricas etc...). Os praticantes destas últimas disciplinas não se veriam impedidos de procurar esquemas conceituais generalizantes de largo escopo, ou procurar leis gerais como um **fim** de sua investigação.

Então fica a pergunta: **por que Weber acreditava que às CS estava reservado o papel de ciências idiográficas?** Como Parsons mostra, não pode ser uma simples questão de distinção de interesse da investigação. Ambos os "tipos" de ciência (CS e CN) podem ser nomotéticas ou idiográficas. Logo, ou **não há** diferença entre as CS e as CN ou existem motivos para acreditar que o **objeto** das CS impõe, de uma forma ou de outra, um caráter nomológico limitado às ciências sociais.

Se a "hipótese da abordagem" for a interpretação correta do pensamento weberiano, chegamos à conclusão que Weber se equivocou: não há nada que impeça algumas das CN de se interessar por "indivíduos históricos", ou que impeça algumas das CS de se interessar pela teorização e pela formulação de leis.

Mas é possível que Weber **não** tenha considerado que o papel limitado da generalização e das leis nas CS fosse uma simples questão de "abordagem". O autor lança considerações de diferentes tipos que colocam como "sede" da diferença entre as CS e as CN não a "abordagem", mas o próprio **objeto** de pesquisa - esta seria uma interpretação do seu pensamento que poderia ser chamada "hipótese do objeto".

Um dos pontos que justificam, por exemplo, o anti-nomologismo weberiano é o fato de que **aquilo** que interessa às CS, que está dado na esfera das significações, representações e dos valores, não se reduz, de forma alguma, a leis ou a aspectos quantitativos. O fato não seria apenas que, nas CN, seus objetos

(...) despertam nosso interesse pelas suas relações quantitativas, suscetíveis de medições exatas, [enquanto que] no campo das ciências sociais, ao contrário, o que nos interessa é o aspecto qualitativo dos fatos. (Weber, 1974: 49),

mas que "não existe qualquer lei que nos mostre em que sentido e em que condições se sucede" a estruturação singular da realidade social pela significação e representação que fazemos dela (1974: 61).

Não se trata de impor uma impossibilidade de fato ("não existem leis nas CS") baseado em uma impossibilidade epistemológica ("as leis não nos permitem conhecer a significação dos valores e das representações") - mas de analisar as realidades fatuais (como a existência de regularidades e leis empíricas) **tendo como dado** um conhecimento substantivo (representações e valores não se reduzem a leis). Assim, poderíamos explicar uma

regularidade empírica pela vigência comum (em espaços territoriais e de tempo historicamente localizados) de certos valores e representações, dotando tal regularidade de "um sentido visado e compreensível" (1991: 8). As regularidades (ou leis empíricas) seriam, assim, explicadas por representações e valores e, portanto, **não os explicariam**.<sup>5</sup> A regularidade de comportamento que não revelasse qualquer conexão de sentido, ou adequação de sentido, seria apenas "uma probabilidade **estatística incompreensível**" (1991: 8, ênfase no original).

Por esse caminho poderemos entender a associação weberiana entre **racionalidade** dos agentes e previsibilidade do seu comportamento. Assim, um agente dotado de racionalidade é aquele que figura numa situação em que determinados valores e representações bem estruturados deixam claros "fins" e "meios" de sua ação. Ora, se conhecemos os "fins" de um agente, e os "meios" que este julga adequados para que tais "fins" sejam alcançados, teremos elementos suficientes para uma previsão (razoável) de como esse agente se comportará. Temos então que quando a ação se dá num esquema racional sua predizibilidade aumenta (1992a: 97).<sup>6</sup>

Mas se a ação racional é passível de predizibilidade - e passo a mencionar outro ponto que justificaria o anti-nomologismo

---

<sup>5</sup> As representações e valores, portanto, que já imporiam um instrumento de análise como a "compreensão", terminariam por também impor um alcance limitado para as leis nas CS. Há menção de que, para Weber, as leis seriam limitadas a períodos históricos (Jacobs, 1990: 560). Não cheguei a encontrar uma explicitação weberiana sobre a questão.

<sup>6</sup> Cf. também nota 3, neste capítulo.

weberiano pelas especificidades do objeto das CS -, nem toda ação é racional: a racionalidade **pura**, tal como explicitada nos tipos ideais de ação racional, não existe na realidade. Toda ação é influenciada por uma sorte de fatores como afetos, emoções, erros de cálculo etc. E esta é mais uma especificidade **do objeto** das CS, e apenas dessas ciências. Como brincou Parsons, "é um absurdo uma estrela falando que é racional" (1968: 763) - ou se emocionando, errando o cálculo de sua órbita, etc., acrescento.

Outro ponto que justificaria o anti-nomologismo weberiano é a menção à "pluralidade de ordens" na história. A existência de "ordem" social depende da vigência anterior de um sistema de valores, normas e representações que possibilite a reciprocidade de expectativas (um dos principais indicativos da ordem social), o estabelecimento de "fins" legítimos a serem perseguidos e "meios" (também legítimos) que permitam sua consecução, e, portanto, que possibilite esquemas de ação racional. Tal quadro, que a princípio facilitaria a existência e a validade de um conhecimento nomológico, é complexificado pelo fato de na maioria das situações históricas se nota a coexistência de uma pluralidade de ordens diferentes, muitas vezes contraditórias, entre as quais não há qualquer possibilidade de construção de uma uniformidade quantitativa<sup>7</sup> - o que, ao invés de facilitar a utilização do conhecimento nomológico, termina por impossibilitá-lo.

---

<sup>7</sup> Sobre a existência da pluralidade de ordens, muitas vezes contraditórias, cf. Weber (1992d: 326; 1991: 20). Sobre a existência de "ações influenciadas por motivos qualitativamente diversos",

Por fim, um último motivo poderia figurar dentre aqueles que Weber teria fornecido para seu anti-nomologismo: sua menção à "autonomia" do agente individual para conferir um sentido ao mundo.<sup>8</sup> A impressão que fica é a de que, se o agente social tem autonomia para conferir sentido ao mundo, e se sua ação é fortemente influenciada por essa "dotação" de sentido, então os agentes teriam autonomia em relação a sua ação. Ora, se bem entendo, qualquer lei sociológica que pretendesse adiantar, nessas condições, o comportamento de agentes sociais poderia falhar (a partir da própria vontade do sujeito<sup>9</sup>). Mas essa "autonomia" não é bem resolvida pelo próprio Weber, de forma que o argumento pode mesmo estar incorreto.

Portanto, se Weber afirmou a existência de regularidades e leis empíricas, parece acreditar que seu papel e seu alcance nas CS é limitado.

Essas considerações feitas, que colocam como "sede" do anti-nomologismo weberiano as peculiaridades **do objeto** sociológico, explicariam o porquê do anti-falseacionismo weberiano: se fôssemos falsear toda e qualquer lei a partir da existência de um

---

entre as quais qualquer uniformização quantitativa é impossível, cf. Weber (1991: 13).

<sup>8</sup> "A premissa transcendental de qualquer ciência da cultura (...) reside (...) na circunstância de sermos **seres civilizados**, dotados de capacidade e da vontade de assumirmos uma posição consciente face ao mundo, e de lhe conferirmos um **sentido**." (Weber, 1974: 61. Ênfase no original).

<sup>9</sup> O interessante argumento que demonstra, a partir do suposto de autonomia do agente, a imprevisibilidade do comportamento humano é desenvolvido habilmente por M. Scriven (1975).

comportamento que a desmentisse, poderíamos chegar ao estado de não poder recorrer a qualquer lei (todas poderiam estar falseadas). Daí a necessidade de continuar utilizando um conhecimento generalizante e nomológico mesmo quando sabemos que, em algum grau, é "falso".

A "hipótese do objeto", isto é, a interpretação do pensamento de Weber que aponta como sendo o **objeto** das CS a "sede" de sua especificidade, aqui defendida, é indicada, por exemplo, por Cohn, segundo o qual Weber acreditaria que "A especificidade das ciências histórico-sociais reside no caráter significativo (...) dos fenômenos de que tratam (...)" (Cohn, 1979: 80). Podendo ser a interpretação correta das idéias do autor que aqui estudamos, a "hipótese do objeto" teria outra vantagem sobre a "hipótese da abordagem": seria defensável até os dias de hoje. Seu argumento é o de que as especificidades do objeto sociológico terminam por impedir o papel de ciências nomológicas para as CS - restando-lhe o papel de ciência história (e outras ciências generalizantes, mas cujas teorias se limitariam a ser um meio de conhecimento para a História).

**PARTE II**

**POPPER**

### 3 - A Objetividade do Conhecimento

**Crítica ao princípio de indução e à noção de observação utilizados pelos neopositivistas. A distinção entre o contexto da descoberta e o da validação. Falseacionismo. Esquema de teste e regras metodológicas. O racionalismo crítico popperiano e os aspectos sociais da objetividade do conhecimento**

Antes do início do exame das idéias popperianas, deixo claro que o significado que pretendo dar para "objetividade do conhecimento" é o que Popper entende por "**validade intersubjetiva do conhecimento**". Esse autor trabalha com uma idéia distinta e relativamente complexa de "objetividade" segundo a qual um conhecimento pode ser objetivo mesmo sendo, reconhecidamente, falso. Sobre isso, cf. Popper (1975). Objetividade aqui, pois, não tem o significado que tem para o autor, mas o que tem para Weber. Esse procedimento é necessário para que não se discuta, sob um mesmo rótulo, coisas inteiramente distintas.

Além disso, ressalto que o exame que aqui faço é, como em Weber, uma reconstrução de argumentos, que seleciona o que julguei útil para que pudesse discutir algumas questões epistemológicas nesse e nos próximos dois capítulos.

Os caminhos seguidos por Popper são distintos dos que seguiu Weber. Se a obra epistemológica de Weber deu-se em meio ao confronto entre o positivismo<sup>1</sup> de Menger e a escola histórica de Schmoller (Cohn, 1979: 68) - e procura construir um compromisso inédito entre posições destas vertentes de pensamento das ciências

---

<sup>1</sup> O termo "positivismo" é sugerido por Cohn (1979: 68).

sociais -, a de Popper surge em franca oposição aos indutivistas e neopositivistas<sup>2</sup>, com o interesse de demonstrar a insustentabilidade de qualquer princípio de indução e defender um novo princípio de demarcação científica (e um instrumental metodológico que o apoiasse) no qual a questão da objetividade do conhecimento pudesse ser, a um só tempo, repensada e solucionada - mantendo-se a radical crítica a qualquer tipo de relativismo ou irracionalismo. Desta forma surgiu o "método hipotético dedutivo"<sup>3</sup>.

É interessante notar todavia que, apesar da diferença entre os contextos em que os autores produziram suas obras, quando tratam especificamente da questão da validação do conhecimento Weber e Popper defendem argumentos muito semelhantes - isso será apontado com mais detalhes no capítulo 5 (no qual procurarei chegar a algumas conclusões).

### **3.1 - As críticas popperianas aos neopositivistas**

O início da obra de Popper é marcado pelo diálogo extremamente crítico (embora quase sempre amigável) que mantém com uma série de autores que defendiam posições filosóficas do

---

<sup>2</sup> Ao contrário do que muitos dos seus críticos nas ciências sociais terminaram por acreditar.

<sup>3</sup> Tal método teve origem baseado nas **ciências naturais**, conforme nos alerta o próprio Popper, mas é considerado válido pelo autor para que se pense as ciências sociais. Segundo ele, os cientistas sociais apenas negam a metodologia das ciências naturais porque não têm o conhecimento de como efetivamente funcionam essas ciências. Entendendo seu funcionamento, pode-se então, com algumas ressalvas, perceber que há uma **unidade metodológica** entre todas as ciências, sociais e naturais. Sobre as relações entre as CS e CN em Popper, cf. o capítulo 4.

indutivismo e do neopositivismo - no mais das vezes, segundo o autor, associadas.

As críticas que Popper dirige aos neopositivistas são basicamente duas: a primeira, apresentada e fortemente defendida em **A Lógica da Pesquisa Científica** (1989), é a crítica à utilização, por parte desses autores, do **princípio de indução**<sup>4</sup>; a segunda, que é apenas mencionada nessa obra - mas torna-se bem desenvolvida posteriormente -, é a crítica à equivocada noção, defendida pelos mesmos, de que a observação dos fatos da realidade pode ser expressa em uma linguagem fenomênica e não-teórica. Início pela crítica ao indutivismo.

Apresentando o argumento neopositivista, Popper afirma que

Os positivistas modernos (...) desejam admitir como científicos, ou legítimos, tão-somente os enunciados reduzíveis a enunciados elementares (ou "atômicos") da experiência - a "juízos de percepção", ou proposições atômicas, ou "sentenças protocolares". Claro está que o critério implícito de demarcação é idêntico à exigência de uma lógica indutiva. (Popper, 1989:35-6, grifo do autor).

Em outras palavras, o **critério de demarcação** científica defendido pelos neopositivistas exigia que qualquer conhecimento científico fosse indutivamente derivado do que chamarei de "enunciados de observação" (que equivale aos múltiplos termos ironicamente apresentados por Popper, como "enunciados elementares" ou "sentenças protocolares").

---

<sup>4</sup> É com essa crítica que Popper fez do indutivismo um princípio filosófico que não possui, hoje em dia, seguidores de peso na filosofia da ciência.

O caminho apresentado pelos neopositivistas para o desenvolvimento científico é basicamente o seguinte: na experiência sensória encontra-se o "conhecimento imediato", dos fatos da realidade, tal como se apresentam naturalmente; esse "conhecimento imediato" justificaria um "conhecimento mediato" (que expressa, com símbolos e representações, os tais fatos da realidade), constituindo-se assim a base **objetiva** da ciência (os enunciados de observação) (Popper, 1989: 100). O trabalho científico prosseguiria então com o ato contínuo de "(...) classificar e descrever esse conhecimento perceptual, essas experiências imediatas, de cuja verdade não podemos duvidar". A ciência seria "(...) **a apresentação sistemática de nossas convicções imediatas**" (Popper, 1989: 100-1, ênfase no original).

O princípio de indução, criticado por Popper, é aquele que assegura a existência de inferências de verdade no trânsito, proposto pelos neopositivistas, entre os juízos de percepção, os enunciados de observação e os enunciados científicos de elevada universalidade.<sup>5</sup> Em outras palavras, os neopositivistas acreditam que os enunciados científicos mais universais seriam válidos e objetivos se, e somente se, obtidos via inferência indutiva de enunciados de observação (que, baseados em juízos de percepção da realidade, não teriam questionada sua objetividade).

Popper ataca o indutivismo afirmando que

---

<sup>5</sup> O termo é de Popper, e refere-se aos enunciados gerais e leis científicas de caráter universal.

...está longe de ser óbvio, de um ponto de vista lógico, haver justificativa no inferir enunciados universais de enunciados singulares, independentemente de quão numerosos sejam esses; Com efeito, qualquer conclusão colhida desse modo sempre pode revelar-se falsa: independentemente de quantos cisnes brancos possamos observar, isto não justifica a conclusão de que **todos** os cisnes são brancos. (Popper, 1989: 27-8, ênfase original, grifo original).

Existiria, então, um problema lógico no princípio de indução. Segue que esse princípio não poderia ser um enunciado puramente lógico (pois nesse caso não haveria o "problema da indução"). Não haveria também porque tomá-lo como válido **a priori**. O princípio de indução poderia ser analisado, se se procurasse defendê-lo, como um enunciado empírico, validado pela experiência. O raciocínio é basicamente o seguinte: o princípio de indução é válido porque foi utilizado em inúmeros casos em que se comprovou sua validade. Mas

(...) se tentarmos considerar sua verdade como decorrente da experiência, surgirão os mesmos problemas que levaram a sua formação. Para justificá-lo, teremos que recorrer a inferências indutivas e, para justificar estas, teremos que admitir um princípio indutivo de ordem mais elevada (...). (Popper, 1989: 29).

e estaríamos metidos numa regressão infinita. O "indutivismo probabilístico", que assegura que a partir de enunciados de observação chega-se a teorias com um determinado **grau de confiabilidade** (e não a teorias puramente objetivas), também malograria a partir da crítica acima feita.

Assim, segundo Popper, enunciados de observação **nunca** sustentam a verdade de qualquer teoria.

Nunca suponho que possamos sustentar a verdade de teorias a partir da verdade de enunciados singulares. Nunca suponho que, por força de conclusões "verificadas", seja possível ter por "verdadeiras" ou mesmo "prováveis" quaisquer teorias. (Popper, 1989: 34).

A segunda crítica que Popper dirige aos neopositivistas vai de encontro à noção de observação adotada por esses autores. Segundo eles, os enunciados de observação (enunciados puramente científicos e objetivos) referir-se-iam aos fatos da realidade empírica:

(...) as sentenças protocolares referem-se ao "dado": os dados sensoriais. Descrevem elas (como diz o próprio Carnap) "os conteúdos da experiência imediata ou os fenômenos; e assim, os fatos mais simples suscetíveis de conhecimento". (Popper, 1989: 102).

As sentenças protocolares configurariam, assim, uma "(...) linguagem fenomênica, livre de teorias, distinguível de uma 'linguagem teórica' (...)" (Popper, 1989: 61). A discussão sobre a **objetividade do conhecimento** gerada por tais idéias, como bem lembrou Lakatos (1990), diria respeito ao estado "puro" da mente para que a anotação da realidade imediata, dos fatos ou fenômenos, fosse absolutamente despida de preconceitos que afetassem a percepção.

Ora, Popper percebe a impossibilidade da produção de enunciados de observação "nua e crua" dos fatos, ressaltando a "infinita riqueza e variedade dos possíveis aspectos dos fatos do nosso mundo" (Popper, 1974: 269), ou a existência de diversos "mundos possíveis" (Popper, 1989: 95). Logo, segundo o autor,

"(...) todas as descrições científicas de fatos são altamente **seletivas**" (Popper, 1974: 268, ênfase minha):

Pretendendo estudar uma coisa, somos levados a concentrar-nos em alguns de seus aspectos. Não nos é possível observar ou descrever uma porção integral do mundo ou uma integral porção da natureza; em verdade, nem o menor dos 'todos' pode ser descrito como todo, pois qualquer descrição é necessariamente seletiva. (Popper, 1980: 61).

Popper admite que influem na seleção do material empírico algum (ou alguns) tipo(s) de teoria - é freqüente sua menção ao fato de que as observações "são interpretações à luz de teorias"<sup>6</sup> (1989: 115) - e mesmo preferências, valores subjetivos dos pesquisadores e idéias metafísicas por eles aceitas.<sup>7</sup> E o autor admite que esse é o caminho normal da descoberta científica: no dia em que os cientistas forem obrigados a abrir mão de seus valores, suas preferências e suas convicções para serem "objetivos, imparciais e desprendidos" será estabelecido um obstáculo para o progresso da ciência (Popper, 1978: 84)<sup>8</sup>. Popper

---

<sup>6</sup> Cf. também Popper (1974: 267; 1978: 60; 1980: 117; s/d: 273). Weber também entendeu que a "observação" é teoricamente informada, isto é, também defendeu a idéia de que "no 'fato' sempre está incluída uma 'teoria'." (Weber, 1992b: 199).

<sup>7</sup> "(...) inclino-me a pensar que descobertas científicas não poderiam ser feitas sem fé em idéias de cunho puramente especulativo e, por vezes, assaz nebulosas, fé que, sob o ponto de vista científico, é completamente destituída de base e, em tal medida, é 'metafísica'." (Popper, 1989: 40). Popper também sustenta que a atitude do cientista natural não é mais "objetiva" que a do cientista social: ele também "está infelizmente muito inclinado, em geral, a favorecer suas idéias preferidas de modo parcial e unilateral." (Popper, 1978: 22).

<sup>8</sup> Popper chega a afirmar que "(...) toda descoberta encerra um 'elemento irracional' ou uma 'intuição criadora' (...)" que não poderia ser colocada, sem prejuízos para a ciência, em uma camisa de força (1989: 32).

problematiza, desta forma, a **objetividade** mesma dos enunciados de observação (algo impensável para os neopositivistas), reconhecendo que eles operam uma seleção do material empírico, seleção essa influenciada, como vimos, por fatores como idéias metafísicas defendidas pelo pesquisador, teorias observacionais diversas etc.

A crítica popperiana ao neopositivismo poria um grande problema para aqueles que defendem a possibilidade da existência de conhecimento objetivo se o mesmo autor não propusesse uma teoria alternativa que não compartilhasse dos problemas do indutivismo - e fosse ainda crítica do relativismo<sup>9</sup>.

A idéia básica de Popper é a de que a ênfase dada pelos neopositivistas à **origem** dos enunciados de observação seja desviada para o teste e a prova de teorias. Esse desvio, chamado pelo autor de "eliminação do psicologismo" - isto é, eliminação da

(...) ingênua concepção de que a objetividade científica se apóia na atitude mental ou psicológica do cientista individual, no treinamento que recebe, na cautela com que age, em sua imparcialidade científica (...) (Popper, 1980: 121).

- corresponde à distinção entre o contexto da descoberta ou origem do conhecimento e o contexto da validação desse conhecimento, que já foi visto em Weber.

---

<sup>9</sup> Popper é crítico de qualquer forma assumida pelo relativismo lógico: "(...) a tese relativista (...) **pode** ser discutida criticamente e não resiste à crítica" ou "Eu gostaria de dizer por que (...) não sou relativista: acredito na verdade (...) 'objetiva'". (Popper, 1979: 69, ênfase no original).

Para Popper, pois, torna-se **irrelevante** a origem de um conhecimento, ou relevante apenas para a psicologia. O que seria relevante para o estudioso interessado na "análise lógica do conhecimento científico" é a questão de como se põe a prova esse conhecimento - que, desta forma, há de ser considerado válido.<sup>10</sup>

O estágio inicial, o ato de conceber ou inventar uma teoria, parece não reclamar análise lógica, nem dela ser suscetível. A questão de saber como uma idéia nova ocorre ao homem (...) pode revestir-se de grande interesse para a psicologia empírica, mas não interessa à análise lógica do conhecimento científico. Esta última diz respeito (...) apenas a questões de justificação ou validade (...) (Popper, 1989: 31).<sup>11</sup>

Com isso Popper soluciona dois tipos de problema: por um lado, sustenta a possibilidade da objetividade do conhecimento sem se basear na indefensável lógica indutiva; por outro, sustenta tal possibilidade mesmo admitindo a influência de valores, idéias metafísicas e teorias de diversas ordens na seleção do material empírico.

É crucial ressaltar que Popper assegura que a questão da objetividade do conhecimento não difere substantivamente quando se transita do campo das ciências naturais para as ciências sociais<sup>12</sup>: ele admite apenas que **as ciências sociais sofrem restrição de meios técnicos de teste, pois nelas dificilmente pode-se fazer**

---

<sup>10</sup> Dessa consideração resultou, segundo Lakatos (1979), uma liberdade impensada para os cientistas da época, antes obrigados pela doutrina neopositivista a se manifestar apenas quando "absolutamente certos" do que diziam, isto é, quando "verificassem" seus conhecimentos.

<sup>11</sup> Note-se a semelhança entre a tradução desta frase de Popper e uma em que Weber apresenta a mesma idéia, no capítulo 1, nota 9.

<sup>12</sup> Cf. nota 6.

**experiências como as feitas** (e sugeridas pelo próprio Popper) **para as ciências naturais, sujeitas a repetição e controles de todo tipo:**

(...) o cientista social tem, freqüentemente, grande dificuldade para escolher e para fazer variar, a sua vontade, as condições experimentais. (Popper, 1980: 76).

Voltando à ênfase no teste de teorias, é certo que ela responde ainda ao argumento, também defendido por Popper, de que, **se** os enunciados de observação não podem nunca **justificar** a objetividade de qualquer teoria neles baseada, eles podem, todavia, em condições determinadas, **falseá-las**. Daí que eles continuem tendo, para Popper, importância vital no processo de validação de teorias. Só que uma teoria, para o autor, não será objetiva pelo fato de estar baseada num excepcional número de enunciados de observação (validação positiva - como querem os neopositivistas), mas pelo fato de que nenhum enunciado de observação a contradisse (validação negativa). Uma teoria é, então, declarada objetiva sempre provisoriamente, e permanece nesse estado até o aparecimento de evidência contrária. É a esse sistema de validação via falseamento que Popper nomeou falseacionismo, como se pode deduzir.

Para especificar em que condições é feito o processo de validação negativa do conhecimento, Popper desenvolveu um complexo sistema de teste de teorias, paralelo a conjuntos específicos de regras metodológicas que irei apresentar a seguir.

### 3.2 - Esquema de teste e regras metodológicas

Popper desenvolve um complexo normativo para o **teste de teorias** enfatizando seu aspecto lógico-formal. Apresentarei, resumidamente, como funciona o esquema de teste popperiano.

Popper supõe que toda teoria deve estar baseada no que chamou de **sistema axiomático**, isto é, um sistema de pressupostos (estritamente necessários, e cada qual independente em relação aos outros) a partir dos quais serão derivadas todos os enunciados teóricos pertencentes à teoria (Popper, 1989: 74-5). Esses axiomas apresentariam relações entre conceitos abstratos, definidos por meio de um **sistema de nomes de objetos** que estabeleceria os objetos "reais" para os quais a relação proposta no axioma poderia ser considerada correta (1989: 76). Do sistema axiomático e do sistema de nomes seriam derivados **enunciados estritamente universais**, isto é, enunciados que pretendem afirmar alguma verdade acerca de algo que não sofra restrição espaço-temporal (1989: 71-2).<sup>13</sup>

Da conjunção destes enunciados estritamente universais e certos enunciados singulares, que se aplicam a algum evento específico (chamados por Popper **condições iniciais**), deduz-se uma **predição** específica para o caso em questão (na forma "ocorrerá algo", o que equivale dizer "nada diferente disso ocorrerá") (1989: 62).

---

<sup>13</sup> Como, por exemplo, "é verdade, acerca de todos os osciladores, que sua energia nunca desce além de certo limite -  $h.v/2$ ").

O processo que vai do sistema axiomático até a predição é dedutivo. Assim, caso haja disparidade entre as predições e relatos observacionais do que acontece (no teste) - relatos que são chamados por Popper de enunciados existenciais singulares ou **enunciados básicos** - pode-se decidir acerca da falsidade da teoria em questão. O contrário, entretanto, não ocorre: se a predição é correta, não se pode decidir acerca da validade geral da teoria. Assim, uma teoria é considerada válida apenas enquanto resiste aos testes - isto é, sempre provisoriamente<sup>14</sup> -, e sua validade nunca é considerada totalmente provada.

Chegamos, pois, às regras metodológicas. Essas regras visam normatizar o processo de validação do conhecimento. Duas das mais gerais regras são a que proíbe que se proteja qualquer conhecimento do falseamento e a que impõe que um conhecimento que não se permita falsear seja colocado fora do jogo da ciência - e isso porque, como um conhecimento não pode ser **positivamente** validado, ele deve ser obrigado a ser validado (ou invalidado) negativamente, isto é, pela resistência ao exame empírico e à crítica intersubjetiva.

Outro conjunto de regras proíbe qualquer estratégia de defesa das teorias postas a teste (como afirmar que os pesquisadores são incapacitados, que ainda não conhecemos

---

<sup>14</sup> Cf. mais acima. Weber também não parece admitir qualquer verdade eterna: o destino de todo conhecimento, para ele, é ser ultrapassado.

suficientemente o sistema teórico ou que houve falha no equipamento etc.).

Outras regras permitiriam mudanças na teoria (como, por exemplo, o **sistema de nomes de objetos**), mas essa teoria teria que ser tratada como se fosse nova, isto é, submetida a novos testes.

Como uma teoria é falseada mediante o confronto entre predições dela derivadas e enunciados de observação, um dos mais importantes conjuntos de regras é o que normatiza a decisão de quais desses enunciados podem ser considerados válidos. Popper, então, apresenta regras para normatizar o processo de aceitação dos enunciados de observação e, conseqüentemente, o processo de teste de teorias: (1) não são aceitos enunciados de observação dispersos (mas apenas aqueles que "surjam no decorrer do processo de teste de teorias" (1989: 113)); (2) o evento descrito pelo enunciado de observação deve ser passível de reprodução; (3) tal evento tem, ademais, que ser intersubjetivamente observável; (4) o enunciado de observação, para ser aceito, tem que ser explicado por uma hipótese que falseie a teoria.

O que é fundamental ressaltar frente a esse "esquema de teste" popperiano, descrito sumariamente acima, é que ele foi pensado e projetado para o exame empírico de **teorias**. A ênfase dada por Popper à estruturação de teorias e sua submissão aos testes se dá, então, porque, para Popper, a verdade de enunciados singulares apenas se reveste de importância como um **meio** de teste de teorias.

### 3.3 - O racionalismo crítico popperiano

A extensa atenção dada por Popper à normatização do teste e do experimento, de certa forma, limita a visão do leitor para o aspecto mais relevante na sua filosofia da ciência - aspecto este que procurarei destacar agora.

Com efeito, o que há de mais relevante em toda a metodologia popperiana é o fato de que o conjunto de suas regras não anula as **decisões** tomadas pelos cientistas - ao contrário: baseia-se nas várias decisões dos cientistas, tais como a decisão de aceitar ou não uma técnica de experimentação, a decisão de aceitar ou não um enunciado de observação, a decisão entre duas teorias concorrentes, ou mesmo a decisão de adotar ou não um esquema metodológico e suas regras: "Desta forma, são as **decisões** que estabelecem o destino de teorias" (Popper, 1989: 116, grifo do autor) - decisões de cientistas **críticos** e **racionais** -, e não regras metodológicas. Os testes, pois, que seriam normatizados pelas regras metodológicas, de nada adiantariam desacompanhados da atitude crítica do cientista.

Assim, a atitude cognitivamente descentrada<sup>15</sup> e crítica do cientista é básica para que sejam entendidas as noções popperianas

---

<sup>15</sup> Adoto aqui a postura de Reis (1988), que procura concatenar algumas das idéias de Piaget (como a noção de descentração cognitiva) com o racionalismo crítico popperiano. A noção de descentração cognitiva estaria associada às fases maduras do processo de desenvolvimento intelectual e se oporia à noção de sociocentrismo, que denotaria a "(...) imersão [de um sujeito cognoscente] em certo grupo ou coletividade e a adoção ingênua da perspectiva que lhe é própria" (Reis, 1988: 26). A noção de "descentração cognitiva", então,

de ciência e progresso do conhecimento. E essa atitude "descentrada" pode ser encontrada em toda **A Lógica da Pesquisa Científica**: um exemplo claro é a (metodologicamente) necessária atitude de refutação que o cientista deve adotar frente às teorias.<sup>16</sup>

O mesmo aspecto torna-se relevante se o "observarmos" de outro ponto de vista: a relação que um enunciado mantém com uma "base empírica" qualquer (uma relação de proibição, pois) o definiria como científico. Sua testabilidade intersubjetiva definiria sua objetividade. Entretanto, o próprio Popper admite que se manifestou de forma incompleta, pois

... o teste intersubjetivo é um mero aspecto importante da idéia mais geral de **crítica** intersubjetiva, ou, em outras palavras, da idéia de controle racional mútuo, por via da discussão crítica. (Popper, 1989: 46, grifos do autor).

É a possibilidade de ser discutido criticamente que possibilita a definição da objetividade de um conhecimento: sua **criticabilidade**, pois - e sua testabilidade seria um aspecto relevante desta criticabilidade, especialmente devido ao fato de que a experiência (o teste) é o método peculiar da ciência empírica (não existe

---

sugeriria uma relação, por parte do sujeito cognoscente, de uma "independência crítica" frente ao referencial teórico ou ideológico com o qual se relaciona.

<sup>16</sup> Como tantos outros, Popper percebeu que nossas observações são teoricamente conduzidas. Essa importante idéia, entretanto, não o fez perder a postura "realista": ao contrário, Popper percebeu que é exatamente porque as observações são teoricamente conduzidas é que é ilusoriamente fácil encontrar **verificações** da teoria, "(...) e por que (...) devemos adotar a atitude de **refutação** frente às teorias." (Popper, 1989: 115, grifo do autor)

experimentação na filosofia ou na matemática, por exemplo, produtoras de conhecimentos **genuínos** mas "apenas" criticáveis).

Assim, se Popper crê que a ciência pode se desenvolver passando de problemas para problemas cada vez mais profundos - através da contínua proposição audaciosa de hipóteses e teorias e de sua exposição ao teste empírico e à crítica -, é porque se baseia na idéia de que a crítica e a racionalidade servem de "meio hostil"; meio este que seleciona (por "seleção natural") as teorias "mais capazes de sobreviver"; meio que revela seus problemas e que torna a selecionar outras teorias (que surgem); teorias essas que mostram dar conta desses problemas de melhor forma.

Essa idéia da crítica como um "meio hostil" no qual estão teorias em concorrência (sobrevivendo a mais "apta" - a que melhor resiste à crítica e aos exames empíricos) levou Popper a desenvolver uma "sociologia" da objetividade científica: se a validade de um conhecimento é decretada (ainda que provisoriamente) através da sua resistência ao exame intersubjetivo, parcela considerável da responsabilidade pela existência de conhecimentos válidos deve ser creditada a instituições que permitem tal exame (não apenas universidades, publicações ou congressos, mas a própria linguagem, a existência de uma "tradição crítica" etc.):

É de algum interesse notar que a usualmente denominada 'objetividade científica' se fundamenta, até certo ponto, em instituições sociais. (Popper, 1980: 121).

Os argumentos popperianos podem ser assim resumidos (tal como aqui foram apresentados): (1) os neopositivistas falham porque operam com o princípio da indução (que é logicamente indefensável e tampouco pode ser considerado **válido** baseando-se na experiência) e com a equivocada noção de que a observação é expressa numa linguagem fenomênica e não-teórica; (2) deve-se então desviar a atenção dada por eles à **origem** do conhecimento para **o exame crítico e o teste** do conhecimento (em outras palavras, deve-se distinguir o contexto da descoberta do contexto da validação, centrando atenção nesse último); (3) isso permite defender a possibilidade da objetividade do conhecimento sem recorrer ao indutivismo e aceitando o fato de que qualquer exame da "realidade" é seletivo e sofre múltiplas influências (de valores, teorias e idéias metafísicas...); (4) para que um conhecimento seja declarado objetivo, deve passar por testes e exames que recorram aos dados empíricos e pela mais rigorosa crítica: daí a necessidade de um esquema formal de teste, de regras metodológicas que normatizem o exame empírico, e de um ambiente social que favoreça a crítica.

As idéias de Popper a respeito da objetividade do conhecimento sofrem crítica feroz de vários filósofos da ciência. Dentre os mais renomados, destacam-se T. Kuhn e P. Feyerabend. A escola popperiana é, entretanto, "sofisticadamente" defendida por autores como I. Lakatos. As críticas a Popper vão da sua noção de

progresso científico, passam pela distinção que o autor faz entre o contexto da descoberta e o contexto da validação, e chegam (e, infelizmente, no mais das vezes se aferram) nas regras metodológicas defendidas pelo autor. Esse debate não será aqui examinado porque, em parte, adentra de forma excessiva num domínio específico da filosofia da ciência contemporânea sem que traga frutos interessantes para a dissertação<sup>17</sup>; e em parte porque ao menos uma dessas críticas (a que se refere à distinção entre os contextos da descoberta e da validação) já foi examinada no primeiro capítulo.

Vimos, na primeira parte desse trabalho, que, se o tratamento que Weber reserva à questão da objetividade do conhecimento não faz diferir as CS das CN, do ponto de vista do potencial teórico tais ciências acham-se em pólos opostos - nas CN teríamos a busca de leis e generalizações como o **fim** da atividade científica, enquanto nas CS tais o conhecimento geral seria apenas um **meio** de conhecimento de fenômenos históricos e individuais. Popper parece concordar com Weber ao menos na primeira das afirmativas: a questão da objetividade do conhecimento é a mesma e tem igual solução para ambos os tipos de ciência. Entretanto, Popper propõe uma **unidade metodológica** que consiste em afirmar a igualdade quase absoluta entre as CS e as CN, inclusive no ponto em que Weber

---

<sup>17</sup> De que valerá, aqui, examinar se tal ou qual regra proposta por Popper impede o progresso da ciência? Ou procurar examinar aqui as relações entre o conceito popperiano de "teoria" e o kuhniano de "paradigma"? Cf. também a apresentação desta dissertação.

marca a diferença: o papel desempenhado pelo conhecimento geral e nomológico. Examinarei a questão nesse próximo capítulo.

#### 4 - Especificidades das Ciências Sociais

A "refutação" da história teórica. A "unidade metodológica das ciências" popperiana. Determinismo social. "Nuvens e Relógios". Previsões e leis da sociologia em Popper.

##### 4.1 - História e ciência social teóricas

Esse capítulo poderia facilmente chamar-se "A Falta de Especificidades das Ciências Sociais", pois Popper pretende estabelecer o que chamou de "unidade metodológica" - que, em poucas palavras, significa tomar como idênticas ciências naturais e sociais em quase todos os seus aspectos, inclusive no papel que teorias e leis gerais teriam que cumprir (que é, como vimos, o ponto de diferença entre essas ciências para Weber).

Entretanto, ao menos em um ponto Popper faz uma afirmação diferenciadora: o autor rejeita a possibilidade de formulação de uma **história social teórica**, ou uma ciência social histórica nos moldes de uma **física teórica**. Essa rejeição pretende dizer respeito a dois aspectos interrelacionados dessa história teórica: primeiramente, Popper procura filosoficamente refutar a possibilidade da **predição histórica** de largo escopo, ou afirmar que "Não pode haver uma teoria científica do desenvolvimento histórico a servir de base para a predição histórica." (Popper, 1980: 2-3). Posteriormente, Popper pretende afirmar a impossibilidade de que a história conheça a totalidade das formações sociais históricas:

É errado acreditar que possa haver uma história no sentido holista, uma história dos "estágios da sociedade", que represente "o todo do organismo social" ou "todos os eventos sociais e históricos de uma época". (Popper, 1980: 64).

A rejeição ao primeiro dos aspectos (isto é, a possibilidade de predições históricas) baseia-se no argumento resumido pelo próprio autor da seguinte maneira:

- "1) O curso da história humana é fortemente influenciado pelo crescer do conhecimento humano. (A verdade dessa premissa tem que ser admitida até mesmo por aqueles para quem as idéias, inclusive as idéias científicas, não passam de meros subprodutos de desenvolvimentos **materiais** desta ou daquela espécie.)
- 2) Não é possível predizer, através de recursos a métodos racionais ou científicos, a expansão futura do nosso conhecimento científico. (...) [como Popper afirmará: "não há como saber hoje o que saberemos apenas amanhã"].
- 3) Não é possível, conseqüentemente, prever o futuro curso da história humana." (Popper, 1980: 2-3)

O segundo dos aspectos é criticado com base na afirmação da impossibilidade de conhecimento de qualquer "totalidade" (social ou natural): todo conhecimento, pois, opera uma seleção do material disponível, e é, portanto, parcial e incompleto<sup>1</sup>:

(...) a História, à semelhança de qualquer outra espécie de investigação, só pode manipular selecionados aspectos do objeto pelo qual se interessa. (Popper, 1980: 64).

---

<sup>1</sup> Cf. capítulo 5.

ou

Cada história escrita é história de um certo e limitado aspecto desse desenvolvimento "global" e é sempre história muito incompleta, até mesmo com relação ao particular e incompleto aspecto selecionado. (Popper, 1980: 64).

Popper não só pretende afastar a possibilidade de uma história teorética, como apresentar como logicamente justificada a **distinção** entre ciências históricas e teoréticas (ou, em termos que também usa, ciências idiográficas e nomotéticas): "(...) a famosa **distinção** entre ciências teóricas ou nomotéticas e históricas ou idiográficas pode ser justificada logicamente (...)" (Popper, 1978: 29, ênfase no original).

A posição de Popper, entretanto, prenuncia a de Parsons<sup>2</sup>: se é certo que existe a distinção entre ciências históricas e ciências teoréticas, tal distinção não coincide com a existente entre as ciências sociais e as ciências naturais, de modo que **podemos ter uma ciência social teorética** que opere algum tipo de predição social (não-histórica, evidentemente) durante o processo de testes. O argumento que refuta a predição histórica, pois,

(...) não afasta, como é evidente, a possibilidade de todas as formas de predição social; é, pelo contrário, perfeitamente compatível com a possibilidade de submeter a testes as teorias sociais - teorias econômicas, por exemplo - adiantando a previsão de que, sob certas condições, certos desenvolvimentos virão a ocorrer. A argumentação refuta apenas a possibilidade de predizer desenvolvimentos históricos na medida em que possam esses ver-se influenciados pela expansão do conhecimento humano. (Popper, 1980: 3).

---

<sup>2</sup> Cf. capítulo 2.

Nesse sentido, Popper sugere uma unidade metodológica das ciências. Segundo ele, a efetiva diferença entre as técnicas de pesquisa e recursos experimentais existentes nas ciências sociais e naturais seria semelhante à diferença (dessas mesmas técnicas e recursos) existente entre, por exemplo, a antropologia e a sociologia - isto é, diferenças que adequem os interesses dos pesquisadores ao campo real de análise. No mais,

(...) os métodos usados nos dois campos [das CS e das CN] são fundamentalmente o mesmo. (...) Os métodos consistem sempre em oferecer explicações causais dedutivas e em submetê-las a testes (por meio de previsões). (Popper, 1980:102).

Portanto, a posição popperiana contrária à existência de uma história teórica não é, de forma alguma, extensiva à sociologia ou à economia, por exemplo. Estas disciplinas, em sua versão "teórica", devem se preocupar em "(...) **explicar e prever** eventos, valendo-se de teorias e leis universais (que procuram descobrir)." Sendo também ciências empíricas, tem-se que os eventos que explicam "(...) são fatos **observáveis** e que a **observação** é a base para aceitar ou rejeitar qualquer teoria acaso proposta." (Popper, 1980: 30, ênfase no original). Tais disciplinas não difeririam substantivamente, portanto, de qualquer ciência natural (como a própria física teórica, por exemplo). É interessante notar que essa "unidade metodológica" fundamenta-se não apenas no fato de que o argumento contra a história teórica não impede todos os tipos de predição social, mas também, e talvez principalmente, no modelo de determinação social de comportamento que Popper tem em mente.

#### 4.2 Determinismo social: entre nuvens e relógios

Popper procura um modelo válido de **determinação do comportamento social** tendo em mente o fracasso de dois outros modelos: o determinismo físico (ou a crença de que qualquer comportamento social é regulado por leis (físicas, psicológicas etc.) completamente deterministas) (Popper, 1975: 201-2), mais apropriado a sistemas regulares e altamente predizíveis; e o "acaso" (isto é, a crença de que o comportamento social é dado ao acaso), mais apropriado a sistemas altamente imprevisíveis.

O determinismo físico é considerado uma maneira incorreta de entender como se dá a determinação do comportamento social porque "assevera que o mundo inteiro com tudo quanto há nele é um vasto autômato e que nada mais somos do que pequenas engrenagens, ou no máximo subautômatos, dentro dele" (Popper, 1975: 205). Ora, Popper percebe, com razão, que a crença no determinismo físico - que tem como consequência a asserção de que todo pensamento (um ato humano, afinal) é mero epifenômeno de processos físicos ou psíquicos - termina por levar os crentes a uma "dupla personalidade intelectual". O determinista físico tem que aceitar que seus pensamentos são apenas epifenômenos de processos físicos ou psíquicos (personalidade intelectual 1: eu sou um **autômato**), e ao mesmo tempo procurar argumentar criticamente, defendendo suas

teorias, comparando-as com as rivais, etc (personalidade intelectual 2: eu sou um cientista crítico e autônomo ).<sup>3</sup>

Por outro lado, no caso do comportamento humano, Popper argumenta que a idéia de **acaso não** é preferível à idéia do **determinismo físico**: se é certo que a idéia de acaso pode explicar parcela do comportamento humano (por exemplo, decisões tomadas em situações de emergência), tal parcela **não** é aquela característica do comportamento humano. Portanto, dizer que um comportamento humano é devido ao acaso não é mais satisfatório que dizer que foi predeterminado fisicamente - pode-se dizer que talvez seja menos satisfatório.

Diante desse quadro, Popper lança mão de algo que pode ser chamado de "determinismo social plástico":

(...) devemos tentar compreender como os homens (...) podem ser 'influenciados' ou 'controlados' por coisas tais como objetivos, ou propósitos, ou normas, ou acordos. (Popper, 1975: 211),

ou, em outras palavras, procurar entender o comportamento humano como determinado plástica ou restritivamente por instituições sociais, entre as quais estão certas idéias que "moldam" a consciência, os objetivos, as vontades e os propósitos dos agentes sociais.

Assim, o autor considera que

---

<sup>3</sup> Utilizei a idéia de "dupla personalidade intelectual" para criticar a posição de Michel Löwy favorável à determinação social do conhecimento. Cf. capítulo 1.

Os homens - isto é, as mentes humanas, as necessidades, as esperanças, os temores e as expectativas, os motivos e aspirações dos indivíduos humanos - são antes o produto da vida em sociedade do que criadores desta. (Popper, 1974: 101).

Essa determinação pode ser entendida da seguinte forma (super-simplificada): estamos diante de um mundo exterior de significações e instrumentos que, cumprindo certas funções de adaptação da espécie ao ambiente, conforma as consciências dos agentes tomados individualmente. Como sua ação é influenciada diretamente pela consciência que o agente tem, temos que aquele "mundo exterior" influi decisivamente na agência, sendo seu determinante.

Entretanto, esse determinismo deve ser entendido como plástico ou restritivo pois o agente não é, na maior parte do tempo, forçado a agir de tal ou qual forma: ele pode ir contra certas regras, normas, teorias e instituições. Sua ação pode não ser imediatamente bem sucedida, mas o importante é ressaltar a existência de certa autonomia no comportamento humano.<sup>4</sup> Essa autonomia faz com que

(...) o fator humano [seja] (...) o elemento incerto e instável da vida social e de todas as instituições sociais. Com efeito, esse é o elemento que, em última análise, **não pode** ser inteiramente controlado pelas instituições (...). (Popper, 1980: 123, ênfase no original).

---

<sup>4</sup> Que talvez seja responsável pelo individualismo metodológico popperiano. O autor, pois, parece não negar a existência de certos sistemas de significações, normas e valores dotados de exterioridade e coercitividade, mas sugerir apenas que a determinação que tais sistemas exercem não é absoluta e que, portanto, todo cuidado deve ser tomado com a possibilidade de reificação dos mesmos.

Nessa combinação entre a "determinação restritiva" e "instabilidade do fator humano", poderíamos considerar, segundo o autor, que, se sistemas como o planetário pudessem ser comparados com "relógios" - altamente regulares e previsíveis -, e se sistemas como uma nuvem de pernilongos pudessem ser comparados com "nuvens" (altamente imprevisíveis), então seria possível (e mesmo correto e desejável) considerar os sistemas de comportamento humano como

(...) algo de **intermediário** entre o perfeito acaso e o perfeito determinismo - algo intermediário entre nuvens perfeitas e relógios perfeitos. (Popper, 1975: 210).

Essa não seria uma **peculiaridade** dos sistemas sociais. Algumas sistemas **naturais** também se caracterizariam por estar entre "nuvens e relógios", fazendo com que as ciências que os estudam fossem obrigadas a lidar com fatores provocadores de instabilidade, como, por exemplo, a meteorologia. Popper, aliás, assegura que sistemas como o planetário são, na verdade, a exceção - e não a regra - nas ciências naturais. Assim, o fato dos sistemas sociais não serem rígidos, regulares e precisos não implica, de forma alguma, a impossibilidade da existência de leis sociais.

#### 4.3 - As leis sociais de Popper

Àqueles suspeitosos da existência (ou mesmo da possibilidade da existência) de leis e hipóteses sociológicas ou do campo da ciência política "análogas a leis ou hipóteses das ciências

naturais", Popper apresenta nove exemplos (que, segundo o autor, ainda admitiriam grande aperfeiçoamento). Apresento-os a seguir.

1. 'Não é possível criar impostos que onerem a agricultura e, ao mesmo tempo, reduzir o custo de vida.'
2. 'Não é possível, em uma sociedade industrial, organizar grupos de pressão formados por consumidores, tão eficientemente como é possível organizar grupos de pressão formados por produtores.'
3. 'Não é possível ter uma sociedade com planejamento centralizado e, ao mesmo tempo, um sistema de preços que desempenhe as principais funções de um sistema de preços competitivos.'
4. 'Sem inflação não é possível trabalho para todos.'
5. 'Não é possível introduzir reforma política sem acarretar algumas repercussões indesejáveis do ponto de vista dos fins perseguidos' (acautelemos-nos portanto).
6. 'Não é possível introduzir uma reforma política sem intensificar as forças de oposição em grau aproximadamente proporcional ao escopo da reforma' (o que poderia ser visto como corolário tecnológico de 'Há sempre interesses ligados ao **status quo**).
7. 'Não é possível fazer uma revolução sem provocar reação'.
8. 'Não é possível uma revolução alcançar êxito, a não ser que a classe dominante esteja enfraquecida por distensões internas ou por derrota na guerra'.
9. 'Não é possível dar poder a um homem sobre outros homens sem que ele se sinta tentado a abusar - tentação que aumenta aproximadamente na mesma proporção em que aumenta o poder obtido e a que poucos são capazes de resistir.'

Tais "leis" merecem, no meu entender, crítica imediata. Acredito, e procurarei provar, que nenhuma das nove asserções possuem motivos suficientes para serem levadas muito a sério.

Entre essas leis, a que mais surpreende pela obviedade (e ausência de proficuidade) é a de número 7: parece-me evidente que não é possível fazer uma revolução sem reação - mesmo porque uma

revolução sem reação não é revolução, mas uma simples tomada de poder<sup>5</sup>.

As de número 5 e 6, acredito, podem ser consideradas **falsas**. Como exemplo de reforma (de largo alcance social, político e econômico) que praticamente não trouxe 'efeitos não antecipados' pode ser mencionada a reunificação das Alemanhas; como caso de reforma política que não produziu oposição tomo o exemplo dos déspotas esclarecidos pré-capitalistas. Para os dois exemplos pode-se apresentar hipóteses **ad hoc** que expliquem o 'falseamento' das 'leis', mas Popper é dos mais exaltados críticos dessas hipóteses. Poderia ser também colocada como falsa a lei de número 1 (que além disso pode ser colocada dentre as inúteis). O aumento de imposto, se investido em novos métodos de produção agrícola, pode, **sim**, ajudar a diminuir o custo de vida ao longo do tempo (portanto a lei é falsa); caso se objete afirmando que a lei não permite o pensamento a médio e longo prazo, ela é inútil, porque não nos ajuda a pensar se devemos ou não aumentar impostos para investir em novas técnicas de produção (exemplo). A lei de número 2 também pode ser considerada falsa (veja-se o exemplo dos EUA, onde os grupos de pressão dos consumidores põem medo até nas mais poderosas empresas).

Outras leis poderiam ser rotuladas como incomensuráveis. As leis de número 8 e de número 9 estão entre elas: como medir a tentação de um homem, ou o grau de distensão da elite dominante?

---

<sup>5</sup> E tomo, aqui, revolução no usual sentido de "revolução política".

Essas leis tendem, além disso, a influenciar de maneira perversa a observação dos fatos (tais como as leis 5, 6 e 7): diante de toda revolução, procurar-se-á algum grau de distensão entre a elite dominante (e muito provavelmente há de se achar - uma vez que dificilmente existe uma elite absolutamente coesa como imagina certa teoria conspiratória, que Popper tanto fez questão de criticar); ou procurar-se-á em todo homem de poder traços de tensão entre a tentação (inerente ao cargo, como aponta a lei) e sua moral ou seus princípios (e, como todo homem com as responsabilidades do comando será, afinal, tenso, o problema estará resolvido - isto é, estará "confirmada" a lei). Essas leis incomensuráveis são infalseáveis, metafísicas, e não científicas - e isso se formos levar a sério a metodologia popperiana.

Essas "leis de Popper" fizeram-me lembrar daquela ironicamente criada por Wilhelm Busch (e citada por Weber como exemplo da pobreza de lei social a que se chega indutivamente): "Quem fica alegre com a tristeza alheia geralmente é bem visto".

Estas leis, além de "falsas, inúteis e incomensuráveis", foram colhidas a esmo, o que mostra que Popper não pôde recorrer a um sistema teórico geral de onde um **conjunto** de leis (interrelacionadas, pois) fossem derivadas - **e esse talvez seja o ponto crucial**: Popper é contrário ao uso de leis que não façam parte de algum sistema dedutivo (tal como é contra o uso de enunciados de observação que não venham à tona no teste dedutivo de teorias). Assim, aqueles suspeitosos da existência de leis

sociais, acredito, não tiveram, nas "leis de Popper", um bom motivo para sair do estado de crença em que se encontravam.

As posições de Weber e Popper sobre a questão das especificidades das ciências sociais, como pudemos ver, estão em confronto. O capítulo final da dissertação procurará chegar a algumas conclusões sobre esse embate, além de tomar, criticamente, partido de uma delas.

## **PARTE III**

## **CONCLUSÕES**

## 5 - Weber e Popper

Algumas conclusões às quais se chega examinando as obras de Weber e Popper. A objetividade do conhecimento: aspectos subjetivos e o "contexto da validação". Sobre as ciências sociais como disciplinas teóricas: Weber X Popper.

### 5.1 - A objetividade do conhecimento

A questão da objetividade científica da sociologia (e das ciências sociais em geral) foi, como declarei na introdução, central: a afirmação de que a disciplina emergente era produtora de conhecimentos objetivos foi importante não apenas por motivos puramente epistemológicos ou filosóficos, mas também para que se conquistasse certo prestígio acadêmico e social. Hoje, mesmo com um espaço institucional assegurado, a questão está presente e sendo constantemente debatida especialmente por novas correntes da sociologia e da antropologia do conhecimento.

Weber e Popper, acredito, são um ponto de partida feliz para que se examine a questão, pois descartam certos preconceitos e certos mal entendidos, e buscam soluções que têm muito em comum - mas nem tudo. Procurarei discutir as proximidades e as distâncias entre as idéias desses autores.

A crítica popperiana ao princípio de indução foi de fundamental importância para a filosofia da ciência contemporânea. Como já afirmei, após demonstrar logicamente o "problema da indução", Popper tornou o neopositivismo um conjunto de idéias que não possuem seguidores de peso: é um rótulo sem produto. O

indutivismo, que foi a filosofia da ciência da era newtoniana, e que até hoje é erroneamente associada por cientistas sociais como o modelo vigente de ciência natural, tornou-se, e é provável que definitivamente, indefensável.

Tão ou mais importante que a demonstração do "problema da indução" foi a noção de observação com a qual **os dois** autores operaram. Ela consistiu na afirmação de que a realidade pode ser vista de infinitos pontos sendo, portanto, também infinita. Aquilo que nela observamos é fruto de uma **seleção** do que nos é dado. Assim, todo e qualquer conhecimento (mesmo o "mais" científico) é, compulsoriamente, uma seleção de determinados aspectos do real. Isso não apenas implicou na afirmação (mais tarde nomeada por Russell Hanson) de que os  **fatos são "teoricamente informados"**, isto é, são coligidos com vistas a uma teoria com a qual (muitas vezes inconscientemente) trabalhamos, mas também de que, na conformação que os conceitos operam na realidade, influem decisivamente valores sociais e do cientistas e outras idéias de "cunho metafísico" (como Popper as chamou).

O que é interessante é que ambos entendem que este é o caminho natural da prática científica: Weber afirma que a "pertinência em relação aos valores" é o princípio de seleção das ciências sociais; Popper sustenta que a ciência termina no dia em que os cientistas tiverem que abrir mão de seus valores, suas preferências e suas convicções para serem "objetivos, imparciais e desprendidos", e que toda a descoberta científica tem um

"componente irracional". Estas posições, bastante semelhantes, são fundamentais até os dias de hoje.

Tal concepção (que põe em contraste o caráter finito do conhecimento e o caráter infinito do real) é uma forte crítica à idéia de que poderia existir uma "(...) linguagem fenomênica, livre de teorias, distinguível de uma 'linguagem teórica' (...)" (Popper, 1989: 61)<sup>1</sup>. Qualquer forma de expressão da realidade se dá através de conceitos que são "construções teóricas": quem procura abandonar tais conceitos, termina por utilizar "consciente ou inconscientemente, outras construções análogas" sem formulação explícita e rigorosa (Weber, 1974: 82).

Diante dessas críticas, entretanto, cada qual se veria, certamente, numa situação mais problemática que a que estavam. Sendo um dos importantes predecessores de Weber, Dilthey, que como Weber entendia a vida social como um "fluxo contínuo e infinitamente rico", teria falhado na sua pretensa tentativa de repelir o relativismo: no final da vida acadêmica, ele se consideraria um relativista, e um adepto do "tudo é válido e verdadeiro" (Cohn, 1979: 21 ss.). Ora, como afirmei anteriormente, "Weber guardou distância de tudo o que hoje em dia está sob o nome de relativismo" (Heinrich Rickert, 1989: 79): daí que a posição de Dilthey seria para ele insustentável.

Popper estaria em situação semelhante. O indutivismo, fortemente assentado no sucesso "inabalável" da teoria newtoniana,

---

<sup>1</sup> Cf. capítulo 3, página 55.

foi a doutrina científica "oficial" posta por terra.<sup>2</sup> Uma vez aceita a afirmação (popperiana) de que é impossível **provar positivamente** uma teoria, um passo possível era a aceitação de algum tipo de relativismo. Mas vimos também que Popper não nutre qualquer admiração por posições relativistas.

Ora, a "situação de problema" enfrentada pelos autores é parecida. Cada qual, negando o relativismo, põe sérios problemas para o processo de validação do conhecimento.

Antes, entretanto, de revermos como os autores enfrentam a questão da objetividade do conhecimento, é importante notar que eles afastam um preconceito que atrapalhou, por muito tempo, o seu exame: não parece haver, para Weber ou para Popper, problema específico de objetividade para as ciências sociais. Em outras palavras, os elementos que compõem a "situação de problema" (o fato do conhecimento operar uma seleção do material empírico, influenciada por valores etc., e a negação de qualquer postura relativista) são semelhantes para as ciências sociais e naturais. Parsons, portanto, está certo quando afirma que

Weber (...) aceita a proposição de que a realidade histórica plenamente concreta é infinitamente diversa e complexa, de modo que, em toda a riqueza de sua concretude e individualidade, não pode ser apreendida em termos de sistema algum de conceitos abstratos. Mas nega (...) que isto constitua um critério de diferenciação com as ciências naturais (...) (Parsons, 1968: 716).<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup> Cf. Lakatos (1979).

<sup>3</sup> Cf. capítulo 1, nota 2.

Retornando à questão, é interessante notar que existem diferenças mas, sobretudo, importantes semelhanças na solução que apresentam. Vejamos algumas diferenças.

Weber, percebendo que o conhecimento opera uma seleção do material empírico, insiste no cuidado e na atenção necessários quando da construção dos conceitos típico-ideais (os conceitos que operariam, segundo Weber, essa "seleção"). Essa construção deveria se pautar por três critérios: rigor na construção, para que se tenha as necessárias clareza e expressão inequívoca dos conceitos; distinção absoluta entre a influência **lógica** e a influência prática dos valores sobre o tipo-ideal; e distinção entre conceito e realidade, para que se tenha em mente que o conceito é, **sempre**, uma seleção da realidade. Assim, o autor insiste no "**dever elementar de auto controle científico**" durante o "trabalho de construção e crítica dos conceitos"<sup>4</sup> (Weber, 1974: 89).

Popper não insiste sistematicamente sobre esse ponto, embora faça a exigência da clareza (é sua a irônica crítica ao "padrão da incompreensibilidade impressionante" - ou ao padrão acadêmico do "quanto mais incompreensível melhor" (Popper, 1978)) -, e da distinção entre conceito e realidade: "os fatos (...) são (...) mais do que simplesmente uma espécie de repetição vazia de uma teoria pré-concebida." (Popper, 1974: 267).

Acredito que o esforço de Weber, procurando destacar a necessidade do rigor conceitual para que se possa trabalhar com

---

<sup>4</sup> Cf. capítulo 1, página 15.

clareza, e ressaltando a distância entre o conceito e a realidade empírica, rendeu ao menos um fruto importante: **não precisamos, hoje, insistir** (como Weber sistematicamente insistiu) **sobre esses pontos**. Rigor, clareza e questionamento científico resultante da distinção entre o conceito e realidade são requisitos prévios fundamentais de qualquer trabalho científico: não asseguram sua validade - mas cumprem o fundamental papel de possibilitar seu exame.

O que é central no pensamento dos dois autores para a sua solução da questão da objetividade, no meu entender, está naquilo que Popper chamou "eliminação do psicologismo", isto é, a posição segundo a qual

A questão de saber como uma idéia nova ocorre ao homem (...) pode revestir-se de grande interesse para a psicologia empírica, mas não interessa à análise lógica do conhecimento científico. Esta última diz respeito (...) apenas a **questões de justificação ou validade** (...) (Popper, 1989: 31; a ênfase é minha).

Weber possui posição extremamente semelhante:

"(...) não queremos afirmar nada sobre a questão psicologicamente interessante mas da qual não nos ocupamos aqui: como é que surge uma hipótese histórica na mente do pesquisador, **mas somente** com referência à **questão de** em que categoria lógica em caso de dúvida e de questionamento é possível demonstrar a **validade** de tal hipótese (...)" (Weber, 1992b: 202; a ênfase também é minha).

Os autores fazem então uma distinção clara entre o processo de criação ou descoberta do conhecimento - aquele que, segundo Weber, faz "surgir uma hipótese na mente do pesquisador" -, e o processo de validação ou justificação do mesmo conhecimento -

aquele após o qual o conhecimento é considerado (provisoriamente, como veremos) válido ou inválido.

Essa distinção permite, então, a aceitação do fato de que valores, idéias metafísicas, teorias observacionais etc. influem na seleção do material empírico ao mesmo tempo em que permite a defesa da possibilidade de que o resultado dessa seleção (um conhecimento qualquer) seja declarado válido ou inválido. No caso de Popper, permite ainda que não se apele para a lógica indutiva na tentativa de validação de um conhecimento.

Como ambos os autores dão importância enorme à validação do conhecimento, e visto que esse conhecimento pretende se referir a realidade empírica, é natural que ressaltem a importância da "verificação" empírica. É nesse sentido que Weber insiste, em relação a qualquer conhecimento, que "(...) seu alcance e sua validade devem ser examinadas pelos fatos empíricos" [leia-se, novamente, no lugar de "pelos fatos empíricos", algo como "examinado através do recurso aos fatos empíricos"] (Weber, 1992c: 222)<sup>5</sup>, e que Popper insiste no teste como uma tentativa de falseamento de teorias.

Nesse ponto temos nova diferenciação de idéias. Popper afirma que o exame empírico de teorias é um dos aspectos do exame crítico e intersubjetivo de teorias, e que certas instituições sociais,

---

5 Retorno à citação de Fleishmann, segundo o qual "A chave da sua 'filosofia' [isto é, da de Weber] deve ser procurada em uma tentativa incessante de **'verificar' suas idéias (...) por meio de um procedimento exclusivamente situado no plano dos fatos.** (Fleishmann, 1977: 140; ênfase minha).

por permitirem e incentivarem esse exame, se tornam centrais no processo da objetividade científica. Assim, o autor insiste em que a existência de publicações e congressos (por permitirem a divulgação e troca de informações e responderem pelo caráter público da atividade científica), de tradição crítica, assim como outros fatores mencionados no capítulo 3, são essenciais para a questão da objetividade do conhecimento.

Esse tema não é de todo estranho a Weber. Como afirmei, **apesar de o autor não possuir uma teoria sistematizada dos aspectos sociais do conhecimento científico**, nem uma teoria do "racionalismo crítico", que só viriam a aparecer com Popper, "em diversas oportunidades Weber se mostra um defensor do 'espírito crítico' e um crítico do academicismo tacanho. Exemplo disso é a passagem de seu texto sobre a 'Objetividade do Conhecimento' em que afirma que a **Archiv** 'não protegerá ninguém - nem os seus colaboradores, nem os seus editores - de se expor (...) à mais dura crítica científica e objetiva.' (Weber, 1974: 27)".<sup>6</sup>

Essa defesa do "espírito crítico", e mesmo a idéia de que a crítica e as instituições sociais que permitem sua existência são fundamentais para a ciência, são parte auxiliar importante da distinção entre o contexto da descoberta e o da validação: se o objetivo desta distinção é possibilitar (epistemologicamente) a existência de conhecimentos válidos (assumindo-se que sofrem a influência de determinados pressupostos axiológicos), é

---

<sup>6</sup> Cf. nota 11 do capítulo 1.

fundamental pensar a existência de um contexto social em que exista uma crítica plural de valores. E se Weber não sistematiza, como Popper, esse tipo de preocupação, é um equívoco afirmar que se trata de algo que é inteiramente estranho a sua obra.

Para colocar em poucas palavras: o processo de validação é, para os dois autores, nitidamente distinto do processo de descoberta; tomando-se os necessários cuidados na construção do tipo ideal (para que se evite a contradição e a falta de clareza, a influência prática dos valores e a confusão entre conceito e realidade) (Weber); passando por exames que recorram aos fatos empíricos (Weber e Popper); e passando pelo mais rigoroso exame crítico (Popper), um conhecimento pode ser declarado **objetivo**. Essa objetividade, entretanto, não parece ser, para nenhum dos dois autores, conclusiva: Weber sustenta que o destino de todo conhecimento científico é o de ser "ultrapassado"; Popper crê que, pelo fato da validação de um conhecimento ser negativa - isto é, se dar pela resistência do conhecimento aos testes e às críticas - , esse conhecimento sempre poderá ser falseado. Assim, a validação intersubjetiva aparece em ambos os autores como **provisória**.

É interessante passar a vista sobre a crítica feita no capítulo 1 ao ponto central da teoria da ciência que Weber e Popper defendem: a distinção entre o contexto da descoberta e o contexto da validação. O argumento de Rossi e Löwy, que fazem a crítica, é o de que a distinção feita por Weber não constitui motivo suficiente para que se acredite que os valores e pressupostos axiológicos não influem no contexto da validação:

logo, ou se formulam regras que impeçam essa influência (é o que sugere Rossi), ou se funda uma nova teoria (como pretendeu Löwy ao apresentar a "superioridade epistemológica da classe operária"). Mas, como vimos, as regras sugeridas por Rossi (enunciação formal dos pressupostos; exame empírico das hipóteses históricas que emergem na investigação; manutenção dessas hipóteses de acordo com o resultado do exame) estão na obra de Weber (e, acredito, especialmente na de Popper). Por outro lado, a teoria epistemológica de Löwy, como afirmou o próprio autor, necessita de um grande conteúdo de **fé** para se sustentar.

Críticos de Popper, não examinados nesse trabalho, Feyerabend e Kuhn apresentam argumento semelhante ao de Rossi: entretanto, terminam ou por sustentar um irracionalismo explícito (é o caso de Feyerabend), ou por ficar "na esfera do vagamente sentido", como diria Weber (me parece ser o caso de Kuhn, que nega o irracionalismo, mas não apresenta uma solução para a questão da objetividade do conhecimento que possa ser entendida<sup>7</sup>).

Weber e Popper, acredito, apresentam soluções para o problema da objetividade do conhecimento bastante semelhantes, que defendem um caminho empírico e racional e renegam qualquer postura relativista ou irracionalista, em obras que devem ser lidas

---

<sup>7</sup> Prova disso é a declaração de Kuhn, após o exame de suas idéias que é feito no livro organizado por Lakatos e Musgrave (1979), de que ninguém o entendeu. Imaginando se defender, Kuhn termina por fazer uma autocrítica verdadeira.

especialmente quando "teorias da ciência mais radicais" (sociológicas e antropológicas) ocupam espaço<sup>8</sup>.

Para que passemos à discussão seguinte, seria interessante discutir algumas posições de Weber e Popper que, de uma forma ou de outra, dizem respeito ao modelo que imaginam para as ciências sociais.

Apesar de sustentarem que os determinantes gerais da questão da objetividade do conhecimento são os mesmos em qualquer campo científico - seja nas ciências sociais, seja nas ciências naturais -, eles admitem, nas palavras de Runciman, que **"o critério de validade comum ao naturalista e ao sociólogo não pressupõe nem requer um procedimento comum a ambos."** (Runciman, 1976: 35, ênfase minha)<sup>9</sup>. "Logo - afirmei - a aceitação de um princípio de validação universal **não implica** aceitação irrestrita de técnicas derivadas das ciências naturais."<sup>10</sup> Isso põe um ponto final na **confusão** que se faz entre admitir que as ciências sociais operam um princípio de validade semelhante ao das ciências naturais e assumir que tais ciências são idênticas sob todos os pontos de vista. Como assegura Popper:

---

<sup>8</sup> Me refiro à declaração feita por um estudioso da área da filosofia da ciência (e seguidor de Kuhn), na ocasião da morte de Popper, segundo a qual a obra política de Popper, após as recentes transformações político-econômicas mundiais, ganhava novo fôlego - enquanto que sua obra epistemológica parecia superada diante de "teorias mais radicais". Certamente se referia à filosofia da ciência pós-popperiana (Kuhn, Feyerabend...) e à sociologia da ciência (sociologia "forte" da ciência, etc.).

<sup>9</sup> A afirmação de Runciman é sobre Weber, mas pode ser estendida a Popper.

<sup>10</sup> Cf. capítulo 1, página 32.

(...) o cientista social tem, freqüentemente, grande dificuldade para escolher e para fazer variar, a sua vontade, as condições experimentais. (Popper, 1980: 76).

Esta é uma particularidade substantiva das ciências sociais, reconhecida justamente por ambos - e seu esclarecimento evita maiores confusões: mesmo Popper, pois, com sua "unidade metodológica", percebe que o processo de teste das ciências sociais não é, nem pode ser, idêntico para ambas as ciências.

Uma última diferença entre esses autores será aqui apontada: enquanto Weber parece insistir que se recorra aos dados empíricos para que se "verifique" a validade de um **conhecimento histórico**, para Popper o teste empírico serve ao exame do **conhecimento teórico**. Assim, Popper preocupou-se em formalizar um esquema de teste de teorias (que estruturasse a dedução de hipóteses a partir de leis, facilitasse o "poder falseador" do teste etc.) e várias regras metodológicas que normatizassem o processo de falseamento. O autor não afirma, mas conclui-se que esse esquema de teste e as regras metodológicas são válidas igualmente para as CN e para as CS, uma vez que se assume a possibilidade de existência de uma ciência social teorética.

Weber, ao contrário, por acreditar que o papel de teorias mais gerais é limitado nas CS, termina por não dedicar maior atenção à metodologia do exame empírico. Mas isso nos remete ao segundo ponto dessa dissertação, que examinaremos a seguir: o que trata das especificidades das CS em relação às CN e, portanto, do modelo de ciência social que cada autor tem em mente.

## 5.2 - Especificidades: o modelo de ciência social

Vimos nos capítulos 2 e 4 o apontamento de algumas especificidades das ciências sociais. Uma delas, vista nesse mesmo capítulo, diz respeito à limitação, que sofrem essas ciências, dos recursos e controles de teste. Weber e Popper parecem sugerir que o cientista social não pode fazer variar, de acordo com sua vontade, condições experimentais relativas ao comportamento social. O destaque desta particularidade, ressaltei, é fazer evitar a "**confusão** que se faz entre admitir que as ciências sociais operam um princípio de validade semelhante ao das ciências naturais e assumir que tais ciências são idênticas sob todos os pontos de vista.<sup>11</sup>"

Weber aponta também a "compreensão" como um "método" específico das ciências sociais: seja como "compreensão objetiva" ou como "revivência empática", entretanto, vimos que trata-se de uma particularidade instrumental: a compreensão é "um instrumento necessário para a apreensão de tudo aquilo que é teoricamente considerado 'objeto sociológico'<sup>12</sup>", e não um "método particular de abordagem".

Vimos ainda no capítulo 2 que Weber entende que o papel limitado que o conhecimento generalizante e nomológico cumpre no estudo da história é a sua principal especificidade. Ele não deve ser visto como um **fim**, mas como **meio** de conhecimento: duas de suas

---

<sup>11</sup> Cf. esta dissertação, página 91-2.

<sup>12</sup> Cf. esta dissertação, página 37.

características, **seu baixo poder preditivo e sua relativa infalsabilidade**, atestariam isso. Como para Weber as CS seriam nitidamente ciências históricas, temos que nas CS o conhecimento generalizante e nomológico teria papel limitado. Veremos que esse será o principal ponto deste capítulo, mesmo porque encontraremos em Popper posição absolutamente contrária.

Popper, por sua vez, se apresenta como um crítico ferrenho da tentativa de se formular uma "história social teorética", ou uma ciência social histórica que procurasse construir leis e derivar das mesmas predições históricas. Seu principal argumento, vimos, é o que afirma que nenhuma lei histórica teria controle sobre o crescimento do conhecimento ("não podemos conhecer hoje o que só saberemos amanhã"), e que o crescimento do conhecimento é decisivo para o futuro da história social. Logo, estaria falseada a tentativa de reduzir a história a leis de longo alcance. Não que as disciplinas históricas dispensariam por completo o uso de leis: elas se utilizariam de inúmeras "leis triviais", óbvias, do ponto de vista científico, e que poderiam, no caso da reconstrução histórica, ser reduzidas a apenas uma: a que afirma a adequação racional entre situação e comportamento (o "princípio de racionalidade popperiano"). A crítica popperiana à "história teorética" - que não se choca com qualquer proposição weberiana, muito pelo contrário - parece-me correta e explica porque as tentativas (dos mais diversos matizes) de construí-la sempre se apoiaram em hipóteses **ad hoc** e estratégias antifalseacionistas (como a de ignorar um claro "falseamento", a de fazer previsões

que podem se realizar num espaço de tempo infinito, a de confundir variáveis e indicadores etc.).

Mas para Popper as especificidades terminam por aí: segundo ele, as CS podem ter sua versão "teórica", que busquem sistemas teóricos dedutíveis e empiricamente testáveis, **desde que** suas leis (e conseqüentemente suas predições) não envolvam fatos que possam ser afetados em seu desenvolvimento pelo crescimento (impredizível) do conhecimento humano.

A idéia de Popper, vimos, é a de que, se o "fator humano" é o elemento incerto e instável da vida social, ele é "restritivamente determinado" por um "mundo exomático de representações e instrumentos", de modos que o sistema de comportamento social está "entre nuvens e relógios", isto é, a meio caminho entre sistemas altamente instáveis e impredizíveis (como uma nuvem de pernilongos) e sistemas altamente estáveis, regulares e predizíveis (como o sistema solar). Isso igualaria o sistema de comportamento social a inúmeros outros sistemas "naturais" (uma vez que Popper afirma que sistemas altamente regulares são exceção mesmo nas ciências naturais), e deixaria claro que não há empecilhos à construção de sistemas teóricos gerais e leis sociais como finalidade científica.

Weber certamente não se oporia a um modelo de sistema social que estivesse entre nuvens e relógios: se a "filosofia" da história de Weber, como querem Gerth e Mills (1982), é a do trânsito entre sistemas institucionalizados e fases de dominação

carismática<sup>13</sup>, então pode-se fazer uma associação desta filosofia com o modelo. Em outras palavras, se a marca da dominação carismática é ser "especificamente instável" (Weber, 1982: 287), isto é, se assemelhar ao modelo de uma "nuvem" (altamente imprevisível), e se a marca de sistemas institucionalizados é a de ter uma **ordem** que se **impõe com eficácia** num âmbito determinado de vigência (Weber, 1991: 32-3; 1992d: 342), isto é, a de se assemelhar ao modelo de um "relógio" (previsível e regular), então pode ser dito que Weber também defende um modelo histórico-sociológico que está entre "nuvens e relógios". O mesmo Weber, entretanto, nega para as CS o caráter "teorético".

Temos aqui, pois, duas respostas marcantes para uma questão central para as CS: qual é o modelo que tais ciências devem seguir? Popper é defensor do que chamou de "unidade metodológica"<sup>14</sup>: esta posição, vimos, toma CS e CN como metodologicamente idênticas, com algumas especificidades substantivas. Já Weber é um claro defensor da diversidade metodológica das CS: se o autor é cuidadoso ao apontar que a questão da objetividade tem determinantes gerais para qualquer conhecimento empírico (o que evita inúmeros preconceitos e mal

---

<sup>13</sup> Os autores utilizam-se na verdade dos termos "burocracia" e "carisma". A associação que faço entre "burocracia" e "sistemas institucionalizados" também se encontra nos autores - que afirmam que sistemas burocratizados são "estruturas institucionais consolidadas" (1982: 69).

<sup>14</sup> Popper parece ter influenciado autores como, por exemplo, Parsons, que defende igualmente essa posição.

entendidos), acredita que o modelo das CS é essencialmente diferente do das CN.

Apontei a existência de duas justificativas teóricas para essa posição. A primeira delas (e mais destacada) seria a divisão (aceita por Weber) entre ciências teóricas e ciências históricas: as CS, como ciências históricas, estariam interessadas em fenômenos dotados de alguma singularidade, enquanto as ciências naturais estariam interessadas em propriedades universais no mais das vezes quantificáveis. Dei a essa justificativa o nome de "hipótese de abordagem", isto é, a hipótese de que, para Weber, o que no fundo determina a especificidade das CS (inclusive, e principalmente, o papel subordinado que nelas desempenha o conhecimento generalizante e nomológico) é sua **abordagem particular** (histórica e idiográfica).

A crítica feita por Popper (e posteriormente por Parsons), entretanto, põe por terra esse argumento: defensores que são da distinção entre ciências teóricas e ciências históricas, esses autores perceberam que não há coincidência entre essa distinção e aquela existente entre as ciências naturais e ciências sociais. Temos, assim, ciências naturais teóricas e históricas; logo, não há porque imaginar que as ciências sociais estariam "presas" à história: seria possível e desejável a construção de ciências sociais teóricas nos moldes de qualquer ciência natural do mesmo tipo.

Mas essa não parece ser a única justificativa para a postura anti-nomológica weberiana. Apresentei, no capítulo 2, o que chamei

de "hipótese do objeto", isto é, um conjunto de argumentos que determina que o objeto das ciências sociais (ações humanas dotadas de sentido, isto é, ações em relação com sistemas de representações) é relativamente imprevisível (e não passível de apreensão por leis): (1) a existência de uma pluralidade de ordens implica certa imprevisibilidade de comportamento, mesmo quando esse comportamento é racional; (2) interferem no curso da ação, além disso, irracionalidades (como afetos, emoções, erros de cálculo etc.) que também implicam certa imprevisibilidade comportamental<sup>15</sup>; (3) o agente social é dotado de autonomia, o que ajudaria a tornar sua ação imprevisível; (4) "**aquilo** que interessa às CS, que está dado na esfera das significações, representações e dos valores, não se reduz, de forma alguma, a leis ou a aspectos quantitativos".<sup>16</sup>

Alguns desses argumentos parecem ser considerados por Popper: é o caso dos de número 2 e 3, que poderiam fazer parte da idéia de que o "fator humano" é o elemento instável e incerto na vida social.

Dos quatro argumentos, todavia, é o último que, se corretamente elaborado, atinge diretamente Popper: esse autor afirma que a existência de regularidades sociais (responsável pela possibilidade de se predizer comportamentos) é determinada em grande medida pela existência de um "mundo exomático de

---

15 O que torna a racionalidade muito mais um pressuposto do pesquisador que um atributo do agente.

16 Cf. essa dissertação, página 44.

representações"<sup>17</sup>. Ora, não se pode derivar leis que digam respeito a regularidades de comportamento se tais regularidades são determinadas por representações (dotadas de força e coerção próprias) cuja estrutura ou desenvolvimento não são apreensíveis por leis. Para continuar utilizando os termos de Popper: se para ele a história teórica é uma farsa porque não controla parte determinante das situações sociais futuras (o crescimento do conhecimento humano), poder-se-ia considerar qualquer ciência social teórica uma farsa porque não controlaria parte essencial de qualquer situação social (a estruturação e o desenvolvimento de representações e valores na sociedade).

A verdade é que Popper percebeu, mas não destacou ou julgou importante, o quanto há de problemático na construção de uma ciência social teórica. Prova disso é sua afirmação de que a ação dos agentes, que se dá num quadro institucionalizado, tem imprevistas e mesmo "imprevisíveis" consequências e reações:

A vida social (...) é ação dentro de um quadro mais ou menos flexível ou frágil de instituições e tradições, e determina, afora toda ação oposta consciente, muitas e imprevistas reações dentro desse quadro, algumas das quais até mesmo imprevisíveis. (Popper, 1974: 103).

Diante das dificuldades, Popper preferiu apresentar exemplos de "leis sociais"<sup>18</sup>, que, no meu entender (e mesmo com o adendo do autor segundo o qual tais leis poderiam ser bastante desenvolvidas), não se sustentam. Também preferiu entender o

---

<sup>17</sup> E instrumentos, o que, aqui, não vem ao caso.

<sup>18</sup> Criticadas no capítulo 4.

estado atual das CS como sendo resultado destas ciências não terem conhecido (ainda) o seu Galileu (ou seu Pasteur).

Mas a defesa do modelo **hard science** para as CS esbarra no mínimo no instigante fato de que, com mais de um século de dedicação de muitos pesquisadores do mais alto nível, até hoje não surgiu um sistema teórico-dedutivo sociológico (ou mesmo econômico, ou antropológico) que se prestasse a testes empíricos (através de predições) e se sustentasse. Sem a menor pretensão de resolver a questão, acredito que, diante desse fato, Weber parece estar mais a vontade, com sua idéia de que as ciências da cultura, na verdade, desfrutam sua "eterna juventude". Ou penam por ela.

## Referências Bibliográficas

- COHN, Gabriel. **Sociologia: para ler os clássicos**. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1977.
- \_\_\_\_\_. **Crítica e Resignação: os fundamentos da sociologia de Max Weber**. São Paulo, T. A. Queiroz, 1979.
- DIAS, Edumundo F. "Para uma Introdução à Reflexão Weberiana". **Textos Didáticos** do IFCH. Campinas, 1993.
- FLEISCHMANN, Eugène. "Weber e Nietzsche". In: Gabriel COHN (org.). **Sociologia: Para Ler os Clássicos**. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1977.
- GERTH e MILLS. "Introdução". In: WEBER. **Ensaio de Sociologia**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, Guanabara, 1982.
- HEMPEL, Carl G. "Typological Methods in the Natural and the Social Sciences". In: Carl G. HEMPEL. **Aspects of Scientific Explanation**. New York, The Free Press; London, Collier-MacMillan Limited, 1965.
- JASPERS, Karl. "Método e Visão de Mundo em Weber". In: Gabriel COHN (org.). **Sociologia: Para Ler os Clássicos**. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1977.
- JACOBS, Struan. "Popper, Weber and the Rationalist Approach to Social Explanation". In: **The British Journal of Sociology**. Volume 41, no. 4, 1990.
- LAKATOS, Imre. "O Falseacionismo e a Metodologia dos Programas de Pesquisa científica". In: Imre LAKATOS & Alan MUSGRAVE (org.), **A crítica e o Desenvolvimento do Conhecimento**. São Paulo, Cultrix/Ed. da USP, 1979.
- LÖWY, Michael. **As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na teoria do conhecimento**. Tradução de Juarez Guimarães e Suzanne Léwy. São Paulo, Busca Vida, 1987.
- PARSONS, Talcott. **La Estructura de la Accion Social**. Madrid, Ediciones Guadarrama, 1968.
- \_\_\_\_\_. "Evaluación y Objetividad en el ámbito de las Ciencias Sociales: una interpretación de los trabajos de Max Weber". In: Talcott PARSONS (et alli). **Presencia de Max Weber**. Buenos Aires, Ediciones Nueva Visión, 1971.

POPPER, Karl R. **A Sociedade Aberta e seus Inimigos**. (2o. volume). Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Ed. da USP, 1974.

\_\_\_\_\_. **Conhecimento Objetivo: uma abordagem evolucionária**. São Paulo, Itatiaia/Ed. da USP, 1975.

\_\_\_\_\_. **A Lógica das Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1978.

\_\_\_\_\_. "A Ciência Normal e seus Perigos". In: Imre LAKATOS e Alan MUSGRAVE. **A Crítica e o Desenvolvimento do Conhecimento**. São Paulo, Cultrix/Ed. da USP, 1979.

\_\_\_\_\_. **A Miséria do Historicismo**. Tradução de Octanny Mota e Leonidas Hegenberg. São Paulo, Cultrix/Ed. da USP, 1980.

\_\_\_\_\_. **A Lógica da Pesquisa Científica**. Tradução de Octanny Mota e Leonidas Hegenberg. São Paulo, Cultrix, 1989.

\_\_\_\_\_. "Verdade, Racionalidade e Expansão do Conhecimento Científico". In: **Conjecturas e Refutações**. Tradução de Sérgio Bath. Brasília, Ed. da Unb, s/d.

REIS, Fábio Wanderley. "Identidade, Política e Teoria da Escolha Racional". **RBCS**, 6 (26-38), 1988.

RICKERT, Heinrich. "Max Weber's View of Science". In: LASSMAN & VELOGY. **Max Weber 'Science as a Vocation'**. London, Unwin Hyman, 1989.

ROSSI, Pietro. "Objetividad Científica y Presupuestos Axiológicos". In: Talcott PARSONS (et alli). **Presencia de Max Weber**. Buenos Aires, Ediciones Nueva Visión, 1971.

RUNCIMAN, W.G. **Critica de la Filosofia de las Ciencias Sociales de M. Weber**. Mexico, Fondo de Cultura, 1976.

\_\_\_\_\_. **Ciência Social e Teoria Política**. Rio de Janeiro, Zahar, s/d.

SAINT-PIERRE, Héctor L. **Max Weber: entre a paixão e a razão**. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1991.

SCRIVEN, Michael. "Um Traço Essencialmente Impredizível no Comportamento Humano". In: Sidney MORGENBESSER. **Filosofia das Ciências Sociais**. São Paulo, Cultrix/Ed. da USP, 1975.

SOARES, Jeferson B. **Sobre a Lógica da Ciência Social Teórica: uma apresentação das propostas de Karl Popper**. Dissertação de mestrado, FAFICH - UFMG, 1992.

- WEBER, Max. "A Objetividade do Conhecimento nas Ciências e na Política Sociais". In: **Sobre a Teoria das Ciências Sociais**. Lisboa, Editorial Presença, 1974.
- \_\_\_\_\_. **Ensaio de Sociologia**. Tradução de Waltensir Dutra. Org. de Gerth e Mills. Rio de Janeiro, Guanabara, 1982.
- \_\_\_\_\_. "A Ciência como Vocação". In: GERTH E MILLS (org.). **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro, Guanabara, 1982a.
- \_\_\_\_\_. "Conceitos Sociológicos Fundamentais". In: **Economia e Sociedade**. Brasília, Ed. da Unb, 1991.
- \_\_\_\_\_. **Metodologia das Ciências Sociais**. (2 volumes). Tradução de Augustin Wernet. São Paulo, Cortez; Campinas, Ed. da UNICAMP, 1992.
- \_\_\_\_\_. "Roscher e Knies e os Problemas Lógicos de Economia Política Histórica". In: **Metodologia das Ciências Sociais**. (2 volumes). São Paulo, Cortez; Campinas, Ed. da UNICAMP, 1992a.
- \_\_\_\_\_. "Estudos Críticos sobre a Lógicas das Ciências da Cultura". In: **Metodologia das Ciências Sociais**. (2 volumes). São Paulo, Cortez; Campinas, Ed. da UNICAMP, 1992b.
- \_\_\_\_\_. "Stammler e a Superação da Concepção Materialista da História". In: **Metodologia das Ciências Sociais**. (2 volumes). São Paulo, Cortez; Campinas, Ed. da UNICAMP, 1992c.
- \_\_\_\_\_. "Sobre Algumas Categorias da Sociologia Compreensiva". In: **Metodologia das Ciências Sociais**. (2 volumes). São Paulo, Cortez; Campinas, Ed. da UNICAMP, 1992d.
- \_\_\_\_\_. "O Sentido da 'Neutralidade Axiológica' nas Ciências Sociais e Econômicas". In: **Metodologia das Ciências Sociais**. (2 volumes). São Paulo, Cortez; Campinas, Ed. da UNICAMP, 1992e.